



**Universidade da Beira Interior**

Departamento de Sociologia

Mestrado em Empreendedorismo e Serviço Social

**Deficiência e Trabalho: Uma Resposta Sustentável e Inclusiva  
em Manteigas**

**AFACIDASE**

Associação de Familiares e Amigos do Cidadão com Dificuldades de  
Adaptação da Serra da Estrela

**2009/2010**

**Orientador:** Maria Johanna Schouten

**Elaborado Por:**

Ana Luísa Esteves D' Almeida Gomes

**Universidade da Beira Interior**

**Departamento de Sociologia**

**Deficiência e Trabalho: Uma Resposta Sustentável e Inclusiva em  
Manteigas**

Ana Luísa Esteves D' Almeida Gomes

Dissertação apresentada à Universidade da Beira Interior para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de mestre em Empreendedorismo e Serviço Social, realizada sob a orientação de Maria Johanna Schouten, Professora da Universidade da Beira Interior.

Covilhã 2010

*À minha Família, aos meus amigos  
e em especial aos patalões que me deram  
Mote e força para este projecto.*

## *Agradecimentos*

A lista de pessoas a agradecer é imensa, e se por lapso faltar alguém nesta enumeração desculpo-me desde já, pois não será por falta de importância, mas sim pela pressão que realizar um trabalho desta envergadura implica.

Agradeço em primeiro lugar ao meu pai, pelo seu empenho em que eu seja cada vez melhor na minha profissão e como pessoa, à minha mãe por me fazer querer saber sempre mais, à minha irmã, que adoro e que faz com que os momentos mais duros da vida sejam ultrapassados facilmente.

Um enorme obrigada à professora Johanna Schouten, orientadora deste trabalho, que me ajudou a seguir cientificamente o meu projecto que trazia mais paixão do que ciência. Foi para mim um novo recomeço, mas desta vez com a certeza de que o meu trabalho iria dar frutos.

Não posso deixar de referir os meus colegas de mestrado, com quem aprendi tanto, tanto, formámos uma turma fantástica, com “ideias ao mais alto nível”. Para eles um muito obrigada, por me fazerem pensar, por me ajudarem a encontrar soluções, por serem os meus destruidores criativos.

Aos meus amigos, um obrigada não chega, porque foram incansáveis, como o são sempre, para me ajudarem nesta fase da minha vida. Especial abraço à Sara Maria, Daniela, Sónia e Marta.

E por último, mas não menos importante, aos meus patalões, já não sei o que é viver sem eles, seria sem dúvida uma pessoa “deficiente” sem os conhecer. À Direcção da instituição que me deu força e flexibilidade de horário para poder frequentar o mestrado e à directora e colega Paula Borges, que me indicou o caminho a seguir, e me ajudou nas alturas “praxe” da AFACIDASE.

A todos, muito obrigado!

### **Resumo**

A deficiência é um tema que tem sido muito falado nos últimos anos. De um desconhecimento completo, passámos, e ainda bem, para o reconhecimento das competências das pessoas com deficiência.

A intervenção que impera ainda é desconexa, os frutos são mínimos, mas há vontade de mudança e são muitas as pessoas, na actualidade, que estudam esta área.

A intervenção com pessoas com deficiência deve ser continuada, intervir desde o início da vida da criança para que os resultados sejam maiores, havendo uma maior inserção na comunidade.

O motivo deste estudo é tentar encontrar uma solução sustentável para as pessoas com deficiência do concelho de Manteigas, em que o acompanhamento desde criança não foi feito e ao mesmo tempo aumentar e dinamizar o número de respostas da instituição.

É dada atenção especial ao ateliê de doçaria, que se tornou um ponto fortíssimo de desenvolvimento da instituição, através do investimento em equipamento hoteleiro, introdução de programas de higiene e segurança, renovação da imagem e preço dos produtos.

É um estudo de caso que pondera a forma de sustentabilidade, equidade, eficiência e igualdade das respostas destinadas ao público com deficiência.

### **Abstract**

The intervention that prevails, with disabled, is still incoherent, the rewards are minimal, but there is a wish to change and many people at present, are studying this area.

The intervention with people with disabilities should be continued, the earlier it is started in the life of the child, the greater the results in the attempt of integration into the community.

Intervention with people with disabilities was the motive for this study, and an attempt has been made to find a sustainable solution for people with disabilities in Manteigas who were insufficiently monitored during childhood. At the same time, it is the intention to increase and boost the number of responses of the institution.

The setting up of a confectionery workshop seems to be a very strong point of development which involves investing in hotel equipment, the introduction of health and safety programs, and innovation of marketing of product. It is a case study that considers the form of sustainability, equity, efficiency and equality of the measures for the benefit of the persons with disabilities.

### *Résumé*

Dans ces derniers temps, les gens porteurs de handicaps ont heureusement trouvé la reconnaissance de ses compétences. Une ignorance presque complète avant, vient aujourd'hui chercher et trouver sa place dans cette société, que ont veut parfaite.

Les études sont encore insuffisantes, mas la volonté de changement existe. Les études sont faites en fonction de ces besoins et surtout, le plus important, sont bonheur.

La raison des ces études est pour trouver une solution durable et une intervention correcte dans la région de Manteigas.

Réaliser un atelier de pâtisserie et confiserie avec de produits régionaux est un point très fort dans le développement de l'institution. Un investissement dans les équipements, la rénovation de l'image, l'introduction de programmes de santé et sécurité, et aussi les prix de produits pour avoir profit.

Il s'agit d'une étude qui pèse la forme de la durabilité, l'équité, l'efficacité et l'égalité des réponses au public avec un handicap.

## Abreviaturas

AAMD – American Association of Mental Deficiency

AFACIDASE – Associação de Familiares e Amigos do Cidadão com Dificuldades de Adaptação da Serra da Estrela.

CAO - Centro de Actividades Ocupacionais

CMM – Câmara Municipal de Manteigas

CPE – Criação do Próprio Emprego

CRP – Constituição da República Portuguesa

IEFP – Instituto de Emprego e Formação Profissional

ILE – Iniciativas Locais de Emprego

INE – Instituto Nacional de Estatística

INR – Instituto Nacional de Reabilitação

MSE – Mercado Social de Emprego

OMS – Organização Mundial de Saúde

PIT - Plano Individual de Transição

REAPN – Rede Europeia Anti – Pobreza

SNRIPD – Secretariado Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência

Q. I. – Quociente Intelectual

WHO – World Health Organization

## Índice

Capítulo 1 – Contextualização do Estudo .....	12
a) Contextualização da Problemática: .....	13
b) Conceitos – Chave .....	17
c) Estrutura Geral da Investigação .....	19
Capítulo 2 – Caracterização do Contexto .....	20
a) Diagnóstico .....	21
Diagnóstico no Processo de Investigação – Acção .....	21
b) Caracterização da Instituição .....	22
c) Organograma.....	26
d) Caracterização da População.....	26
e) Árvore de Problemas .....	28
f) Árvore de Oportunidades .....	31
Capítulo 3 – Referências Teóricas .....	34
a) Quadro Teórico de Referência.....	35
Deficiência .....	35
Tipos de Deficiência .....	37
Ensino e Formação para Pessoas com Deficiência.....	41
Trabalho e Deficiência .....	46
Exclusão social.....	51
Estigma Social.....	55
Intervenção para a Inclusão .....	56
Bolha de Conforto ou Responsabilidade Social.....	58
Empreendedorismo Social: Conceito.....	60
Empreendedorismo o caminho para a Inclusão .....	63
Políticas Sociais.....	68
Experiências similares .....	72
Capítulo 4 – Necessidades e Potencialidades .....	80
a) Necessidades Sentidas .....	81
b) Potencialidades para a Intervenção.....	82
c) Identificação do Sistema de Acção.....	83
d) Análise SWOT .....	84
e) Prioridades de Intervenção.....	85

f) Hipóteses de Intervenção .....	88
Capítulo 5 – Projecto Intervenção PRO .....	89
a) Designação do Projecto.....	90
b) Fundamentação.....	90
c) População Alvo .....	91
d) Metodologia a Utilizar .....	92
e) Parcerias .....	94
f) Plano de Acção.....	95
g) Plano de Negócio .....	97
h) Plano de Avaliação .....	105
Capítulo 6 – Avaliação .....	106
a) Metodologia de avaliação .....	107
b) Avaliação On – Going (1ª Fase) .....	108
c) Repercussões da intervenção no Sistema de Acção.....	109
Conclusão.....	111
Bibliografia .....	113

## Introdução

Este documento é o meu projecto – tese do Mestrado em Empreendedorismo e Serviço Social da Universidade da Beira Interior.

Enquadra-se no culminar da formação de todo o plano curricular do mestrado, em que se fomentou nos alunos a sensibilidade para serem empreendedores nas instituições de acção social onde trabalham ou que dirigem. Pretende-se que num futuro próximo as instituições possam continuar a dar resposta a quem mais precisa sem que o estado tenha que intervir, assistencialmente, através de subsídios, cada vez mais escassos, que actualmente distribui por instituições e pessoas com problemáticas específicas.

O documento que aqui se apresenta quer tratar o tema da deficiência e a criação de uma resposta inclusiva e sustentável que tenha como objectivo melhorar a qualidade de vida das pessoas com deficiência do concelho de Manteigas. Trata-se de um projecto fomentado pela instituição AFACIDASE – Associação de Familiares e Amigos do Cidadão com Dificuldades de Adaptação da Serra da Estrela, e para os utentes desta associação.

Durante anos as pessoas com deficiência têm sofrido de estigma e exclusão social, não sendo consideradas nem ao nível escolar nem profissional, o que tem também sido a causa maior do seu desajustamento às expectativas da sociedade.

Dessa forma, é necessário que se trate esta problemática de forma empreendedora, isto é, sendo inovador criar uma resposta na instituição para que possam desenvolver uma actividade produtiva e receber o seu salário, podendo decidir o seu futuro e tornando-se importantes para a economia familiar.

O trabalho que se apresenta nas seguintes folhas refere no primeiro capítulo a pertinência do estudo do tema. O contexto, o público e os objectivos que se pretende alcançar, são temas necessários nesta fase introdutória, devido à sua importância em toda a investigação.

Sendo a problemática, estudar o trabalho na deficiência e este no contexto de Manteigas, deve ser feito um diagnóstico da incidência de casos de deficiência no concelho e uma descrição da estrutura da AFACIDASE como resposta.

Com diagnósticos completos, um que caracterize a instituição e um outro da população com deficiência, a análise dos seus problemas e potencialidades, será possível partir em busca de uma resposta sustentável que contribua para a inclusão dos utentes na comunidade, justificá-la e delinear um plano de acção para a tornar real, avaliando cada fase dos procedimentos de investigação.

Este trabalho vai tentar lançar luzes sobre o que é trabalhar com deficiência e mostrar, mesmo que só estudando uma associação num pequeno concelho do interior, as dificuldades das instituições e pessoas com deficiência em Portugal.

## Capítulo 1 – Contextualização do Estudo

### **a) Contextualização da Problemática:**

A deficiência é um tema que muito tem sido falado nos últimos anos, deixou de ser só uma problemática aliada à pobreza monetária e de espírito, de ser castigo de um ser superior, para se tornar também num problema de alguns pais que constroem uma resposta que promova a maior autonomia e qualidade de vida aos seus filhos.

Apesar de muito se ter avançado, neste tema, com a preocupação do Estado e da comunidade em geral devido ao conhecimento que hoje há dos casos de deficiência, continuam a ser os pais a movimentar as principais alterações que se fazem sentir no que diz respeito a estas pessoas, sendo responsáveis pela criação de instituições de apoio (existem em Portugal, segundo o relatório de 2008 da Carta Social, cerca de 517 instituições de apoio, criadas na sua maioria por pais e pessoas com deficiência), seja pela luta para integrar crianças com deficiência no ensino regular, seja ainda, por tentar reabilitar as pessoas com deficiência de forma a colocá-los no mercado de trabalho.

Sentindo esta problemática de perto, através da experiência profissional numa instituição relativamente recente, sedeadada num concelho que sofre pela sua interioridade e falta de acessos como é o concelho de Manteigas, familiares e amigos traçaram um projecto que ajudasse aquela parcela da população (aproximadamente 6.6% da população de Manteigas, (Censos 2001)) portadora de deficiência.

O contexto de estudo onde se desenvolverá o projecto é a instituição AFACIDASE – Associação de Familiares e Amigos do Cidadão com Dificuldades de Adaptação da Serra da Estrela, uma instituição com nove anos de existência que presta apoio como Centro de Actividades Ocupacionais (CAO) a 12 utentes, acompanhando ainda dois casos de crianças com necessidades educativas especiais nas férias escolares.

Para os jovens que estão diariamente na instituição, foram sendo criados ao longo dos anos vários ateliês com o intuito de lhe ensinar uma actividade socialmente útil e contribuir para a sustentabilidade da instituição. A actividade que se tem tornado mais permanente e que tem permitido à associação alcançar um duplo objectivo: satisfazer as necessidades de

ocupação dos utentes e trabalhar na sua sustentabilidade, é o ateliê de doçaria, onde são confeccionados diariamente cerca de 10 tipos de bolos e ainda doces de vários frutos que são doados à instituição pela comunidade.

Estes produtos são vendidos no clube de compras, um grupo que tem lojas espalhadas por Manteigas, Valhelhas, Covilhã e Castelo Branco. É portanto este ateliê, uma das maiores potencialidades da instituição, onde se desenvolve um produto único e com procura, sendo paralelamente uma actividade que satisfaz os utentes.

Com esta potencialidade em mente e tendo em conta a dinâmica da instituição, o diagnóstico é a ferramenta ideal para se obter a identificação das dinâmicas de mudança, que se esperam ser:

- A abertura do mundo do trabalho para pessoas com deficiência;
- A cada vez maior autonomia;
- A sustentabilidade da instituição;
- E também a sensibilização da comunidade para a deficiência de forma a terminar com o estigma de que são alvo.

Através do diagnóstico pretende-se aferir as potencialidades e obstáculos da instituição, dos utentes e do contexto em geral. Será importante para definir por que caminho se deve seguir. Cada vez mais os projectos sociais têm de responder a itens realistas, serem exequíveis, trazer melhorias à população e ao contexto intervencionado, serem empreendedores, inovadores, para mudar de tal forma a realidade que a problemática trabalhada seja cada vez menor.

Segundo o Secretariado Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência (SNRIPD), actual Instituto Nacional para a Reabilitação (INR), “considera-se pessoa com deficiência aquela que por motivo de perda ou anomalia, congénita ou adquirida, de funções ou de estruturas do corpo, incluindo as funções psicológicas, apresente dificuldades espontaneamente susceptíveis de, em conjugação com os factores do meio, lhe limitar ou dificultar a actividade e a participação em condições de igualdade com as demais pessoas”. Aqui inclui-se, todo e qualquer comprometimento que afecta a integridade da pessoa e traz prejuízos na sua locomoção, na coordenação de movimento, na fala, na compreensão de informações, na orientação espacial ou na percepção e contacto com as outras pessoas. A

deficiência gera dificuldades ou impossibilidade de execução de actividades comuns a outras pessoas, e resulta também na dificuldade de manutenção do emprego. (Godoy, 2000).

Os utentes da AFACIDASE são na sua maioria portadores de deficiência mental. Esta refere-se a comprometimentos ao nível intelectual que coexiste com limitações em duas ou mais das seguintes áreas adaptativas: comunicação, cuidados pessoais, autonomia em casa, competências sociais, utilização de recursos comunitários, iniciativa e responsabilidade, saúde e segurança, aptidões académicas funcionais, lazer e trabalho.

Além das condicionantes apresentadas, as pessoas com deficiência mental são particularmente vulneráveis ao stress que resulta das experiências de insucesso frequentes, da tensão e do esgotamento no trabalho, das relações familiares ou das amizades e da rejeição por parte de colegas a que eles atribuem importância. Este stress pode provocar distúrbios emocionais e sociais exacerbados pela capacidade de adaptação limitada que afectam assim, ainda mais, o desenvolvimento da personalidade.

Em Portugal só há poucos anos a esta parte se começou a dar importância ao ensino de crianças com deficiência. Só em 2008 foi aprovada a actualização do Decreto – Lei nº 319/91 de 23 de Agosto, lei que definia a inserção de crianças com necessidades educativas especiais em escolas regulares, instituindo-se o Decreto – lei nº 3/2008. Este último promoveu que os jovens tivessem acesso a aulas comuns e paralelamente, apoio específico para suprimir as desvantagens em relação aos seus colegas.

É um processo moroso, mas dá os seus frutos, os resultados na integração e autonomia da pessoa com deficiência são positivos quando a intervenção começa desde a infância, no apoio aos pais, no ensino, na formação na adolescência e no treino para uma actividade laboral.

Não se pode exigir que o empregador contrate alguém, seja ele portador de deficiência ou não, que não saiba desenvolver a actividade para que é contratado, e sendo o trabalho um dos principais mecanismos de integração social, pela fonte de rendimento, pelos vínculos importantes de ligação à sociedade, pelas relações interpessoais, é necessário preparar todo o ser humano para integrar esse mundo.

Existe educação e formação das crianças e jovens com deficiência, mas o número deles, que estão a trabalhar efectivamente fica aquém do pretendido. Poderá, portanto, haver uma desconexão entre as competências que são ensinadas aos jovens e o que o mundo do trabalho espera deles, além de outros motivos que serão estudados e apresentados neste trabalho.

A não integração no emprego, a baixa formação, a falta de desenvolvimento das competências, a vergonha e/ou falta de informação das famílias pode levar ao isolamento da pessoa com deficiência. A comunidade não conhece a realidade e descreve as pessoas com deficiência como “tontinhos”, não controlam os esfíncteres ou a baba, são agressivos e não sabem fazer nada. São estigmatizados e dessa forma só poucos, os que têm uma deficiência moderada são integrados no mercado de trabalho e concomitantemente na comunidade.

O facto das pessoas com deficiência não terem emprego é uma problemática bastante mais ampla do que a da exclusão e estigma, apesar de associadas. Trata-se da definição como ser humano, pois quando o único rendimento que eles proporcionam às famílias é a sua pensão (em média 200€) e os seus gastos ultrapassam esse valor, as pessoas com deficiência deixam de ter uma palavra a dizer sobre o seu futuro, são vedados às escolhas e à liberdade. Têm de seguir as rotinas impostas pelos pais ou familiares.

Existem muitos defensores da não empregabilidade de pessoas com deficiência no seio da instituição que lhes dá resposta, segundo estes, se os jovens podem ser produtivos na instituição de apoio também o podem ser no mercado normal de trabalho, para estes, ao empregar pessoas com deficiência, por exemplo na AFACIDASE, está – se apenas a criar uma bolha de protecção para que os utentes se sintam confortáveis e não saiam do seu meio protegido. (Jornadas da Deficiência 2009, Associação Portuguesa de Deficientes, Vila Nova de Foz Côa) No entanto, na óptica deste trabalho trata-se apenas de responsabilidade social da instituição.

Falamos numa população – alvo de 11 pessoas com idades entre os 18 e os 52 anos, cujo a formação académica e profissional na maior parte dos casos foi nula, dependem todos das suas famílias, também elas com situações sociais e económicas instáveis. Tendo em conta esta realidade, a instituição que os acolhe e que os conhece devidamente deve criar respostas que vão de

encontro às necessidades dos utentes, que neste caso, a principal necessidade será terem os seus rendimentos para poderem optar pelos serviços que mais lhe convêm, por exemplo, escolherem os serviços de apoio que quiserem, se CAO, unidade de vida autónoma, apoio domiciliário, etc.

Assim, para criar uma resposta que permita aos utentes terem o seu posto de trabalho na própria instituição deve-se empreender, e com isto, diz-se que se deve inovar criando um produto novo, ou reformulando a venda de um produto.

Neste sentido, pretende-se criar um projecto que aproveite as potencialidades da instituição e atenuar as suas fragilidades. Pegando no ateliê de trabalho em que os utentes mais gostam de estar, o de doçaria, aspira-se que este evolua de tal forma que possa empregar pelo menos três utentes a curto prazo, e dessa forma, melhorar a sua qualidade de vida e a sua autonomia. Por outro lado, o desenvolvimento deste ateliê também permitirá a sustentabilidade da instituição, podendo por isso criar novas respostas para dar conta das várias necessidades das pessoas com deficiência.

Para esse efeito ambiciona-se recorrer a várias parcerias, desenvolver várias acções, nomeadamente a formação na área da doçaria.

## b) Conceitos – Chave

Ao longo deste trabalho, recorrem alguns conceitos fundamentais, e convém que estes sejam desde logo definidos. Seguidamente algumas explicações de interesse para compreensão do conteúdo de todo o documento:

**Deficiência:** Devendo entender-se por toda a perda ou anormalidade de uma das funções de modo provisório ou definitivo (World Health Organization – WHO aqui sempre descrita como Organização Mundial de Saúde - OMS, 1998)

**Deficiência Mental:** É um atraso ou lentidão no desenvolvimento cognitivo que pode ser percebido na maneira de falar, caminhar, escrever. O grau de deficiência mental varia de leve a profundo. (Goyo, 2000)

**Deficiência Física:** “Entende-se por deficiência física uma variedade bastante ampla de condições orgânicas que, de alguma forma, alteram o funcionamento normal do aparelho locomotor, comprometendo assim a movimentação do indivíduo. Devemos considerar que as alterações podem ocorrer em vários níveis: ósseo, articular, muscular e nervoso. Dentro dessa classificação, observamos não só as alterações anatômicas mas também as alterações fisiológicas do aparelho locomotor.” (In [www.diaadia.pr.gov.br/cge/arquivos/.../deficiencia\\_fisica\\_neuromotora.ppt](http://www.diaadia.pr.gov.br/cge/arquivos/.../deficiencia_fisica_neuromotora.ppt))

**Educação:** seguindo em todo o documento como base a definição de educação como um processo contínuo que orienta e conduz o indivíduo a novas descobertas a fim de tomar as suas próprias decisões, dentro das suas capacidades (Kelma Pamplona in <http://www.paraibanews.com/2008/01/08/conceito-de-educacao/>)

**Formação:** “conjunto de actividades que visam a aquisição de conhecimentos, capacidades, atitudes, e formas de comportamento exigidos para o exercício de funções próprias de uma profissão ou um grupo de profissões em qualquer ramo de actividade económica”. (DGERT, 2001)

**Exclusão Social:** “como fase extrema do processo de marginalização, entendido este como um percurso descendente, ao longo do qual se verificam sucessivas rupturas na relação do indivíduo com a sociedade.” (Costa, 1998)

**Estigma Social:** “... é um atributo que produz um amplo descrédito na vida do sujeito, em situações extremas, é nomeado como “defeito”, “falha” ou desvantagem em relação ao outro.... Para os estigmatizados, a sociedade reduz as oportunidades, esforços e movimentos, não atribui valor, impõe a perda da identidade social e determina uma imagem deteriorada, de acordo com o modelo que convém à sociedade.” (Melo, 1999)

**Empreendedorismo:** Tendo como pano de fundo um dos conceitos que se tem vindo a aperfeiçoar, o empreendedor social, segundo Dees (1998): “Desempenha o papel de agente da mudança no sector social ao adoptar uma

missão para criar e manter valor, ao reconhecer e procurar obstinadamente novas oportunidades para servir a missão, bem como empenhar-se num processo contínuo de inovação, adaptação e aprendizagem, agindo com ousadia sem estar limitado pelos recursos disponíveis no momento e prestar contas com transparência às clientelas que servem e em relação aos resultados obtidos”.

### **c) Estrutura Geral da Investigação**

O Trabalho a ser apresentado está dividido em duas partes fundamentais:

- Apresenta-se o tema de estudo, que será a forma de inserir pessoas com deficiência no mercado de trabalho, fazendo um estudo alargado dos conceitos - chave da investigação, da instituição a ser estudada e da população – alvo;
- Na segunda parte apresenta-se o projecto, dividindo-se em dois capítulos, um primeiro que expõe a planificação em si e um outro referente à avaliação.

Esta forma de apresentar o estudo pretende que a exposição do mesmo seja feita de forma clara e contínua. Esta opção simplificará a leitura do estudo.

## Capítulo 2 – Caracterização do Contexto

## a) Diagnóstico

### Diagnóstico no Processo de Investigação – Acção

Um bom diagnóstico resulta da interpretação e análise dos problemas e dos recursos. Apresenta uma visão interpretativa da situação social a partir da sistematização e tratamento das informações quantitativas e documentais recolhidas e são fundamentadas as prioridades. (Plano de Desenvolvimento Social)

Inicialmente há uma identificação exploratória dos principais problemas e recursos, neste caso será feito o levantamento das pessoas com deficiência do concelho de Manteigas.

Através da análise SWOT será possível identificar as principais necessidades e recursos, a recolha de informações quantitativas e qualitativas; o tratamento das informações recolhidas e por último a análise e interpretação dos problemas e estabelecimento de prioridades. Esta interpretação dos problemas e estabelecimento de prioridades devem ter como base critérios como a exequibilidade, gravidade ou a dimensão dos problemas entre outros pontos (Guerra, 2002). Será necessário ao mesmo tempo seleccionar os métodos e técnicas a utilizar e conceber os instrumentos de recolha de informação para obter os resultados pretendidos. (Plano de Desenvolvimento Social)

Num processo de investigação - acção o diagnóstico é uma fase dedicada à hierarquização dos problemas e de desenho de soluções alternativas.

A elaboração de um diagnóstico assenta na compreensão do carácter sistémico dos problemas e das suas causalidades, normalmente o problema que se detecta rapidamente tem atrás de si causas que têm de ser observadas e mudadas para reduzir os efeitos do problema. É sem dúvida um elemento de participação e consciencialização dos actores intervenientes, e deve ser visto como uma parte integrante da intervenção, já que é um momento de interacção e comunicação entre os actores face à compreensão da realidade e à identificação de necessidades.

Sendo os objectivos desta fase, promover a documentação da situação do sistema de acção face ao problema identificado, determinar a magnitude e a importância dos problemas e as suas causas e identificar as questões chave em torno das quais se pode formular a intervenção. O diagnóstico deve abranger a análise do contexto social, económico e cultural do problema, assim como, as potencialidades e os mecanismos de mudança.

O produto do diagnóstico será a identificação das dinâmicas de mudança, potencialidades e obstáculos, grupos mais afectados, parceiros a envolver e os recursos disponíveis. (Guerra, 2002)

### **b) Caracterização da Instituição**

A Associação de Familiares e Amigos do Cidadão com Dificuldades de Adaptação da Serra da Estrela (AFACIDASE) é uma instituição de apoio a pessoas portadoras de deficiência, criada em 2001. É uma Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS) com 154 sócios, 15 deles colaboram voluntariamente nas várias actividades.

A AFACIDASE é um Centro de Actividades Ocupacionais (CAO), e tem nesse sentido os seguintes objectivos:

1º- A integração social e laboral da pessoa deficiente, promovendo serviços de assistência educativos e laborais, apoio domiciliário social adequado às necessidades do deficiente;

2º- Procurar melhorar a qualidade de vida do cidadão com dificuldades de adaptação, desenvolvendo fórmulas que estimulem a sua autonomia social e laboral;

3º- Defender os direitos do deficiente perante as instituições públicas e privadas;

4º- Orientar e formar pais e familiares do deficiente;

5º- Sensibilizar a comunidade das necessidades deste colectivo, tanto a nível social, como a nível humano.

A instituição tem capacidade máxima para 30 utentes, dando resposta, actualmente a 12 utentes diariamente, ainda um ao domicílio, e duas crianças nas férias escolares, com idades compreendidas entre os 4 e os 52 anos.

O CAO funciona todos os dias úteis, com abertura às 09.00h e encerramento às 18.00h. Neste espaço, trabalha-se o apoio terapêutico e pedagógico aos utentes, que não possuem capacidade de execução de um trabalho com carácter produtivo. É-lhes proporcionado a integração num conjunto de actividades de natureza útil e lúdico - recreativo, de modo a mantê-los activos e interessados. Pretende oferecer um espaço de ocupação, formação e reabilitação aos Jovens portadores de deficiência com idade igual ou superior a 16 anos.

No sentido de dar resposta a todas as famílias e crianças com necessidades especiais, a AFACIDASE presta também um serviço de Actividades de Tempos Livres (ATL), para crianças com menos de 16 anos.

As actividades desenvolvidas com os utentes recaem no ensino de competências básicas ao nível das actividades domésticas, dos hábitos de higiene pessoal e das competências sociais. Os jovens também têm oportunidade de participar em diversos ateliês, aprendendo consoante os seus gostos e capacidade a desempenhar trabalhos mecânicos simples, como por exemplo: fazer flores em papel, tecelagem, bordados, costura, doçaria, pintura, etc.

O trabalho desenvolvido nestes ateliês permite aos jovens adquirirem competências úteis e simultaneamente contribui para o reforço da sua autoconfiança inculcando-lhes um sentido de valor próprio.

Os ateliês de costura e doçaria são bastante apreciados pelos jovens da AFACIDASE, isto porque lhe permitem interagir com o público, e valorizar-se cada vez que um bolo, ou um trabalho em ponto de cruz é adquirido.

É também, um forte laço de união à comunidade, pois esta gosta dos produtos da instituição, por outro lado, este tipo de contribuições ajudam a manter a instituição e essencialmente permite que os jovens tenham acesso a experiências no exterior, que não são proporcionadas pelo seu sistema familiar, como são ver o mar, ir a centros comerciais, fazer compras, visitar museus, ir ao cinema, entre outras coisas.

Das 14h às 15h a instituição dispõe de um monitor voluntário que realiza com os jovens trabalhos manuais de arranjo de mobília, prendas de aniversário, trabalho em pedra e madeira, etc.

Os utentes têm também um momento semanal dedicado à música, onde cantam a música da instituição, feita por eles e também onde ensaiam coreografias para apresentarem em público nos vários eventos a que são convidados.

A associação nasceu numa altura em que já era frequente existir na escola professores habilitados para ensinar crianças com necessidades especiais, no entanto, esta realidade é relativamente recente, e a maior parte dos utentes não tiveram qualquer tipo de preparação escolar. Verificou-se então ser fundamental ter um espaço em que aprendem elementos necessários da vida quotidiana, como a temporalidade, o manuseamento de dinheiro entre outras informações de grande utilidade.

O espaço destinado ao desporto é bastante importante para pessoas com deficiência, além de permitir que eles exercitem o corpo, permite a aprendizagem de regras, organização em equipa e relaxar as tensões que caracterizam algumas patologias.

O ateliê de Autonomia é o espaço onde são desenvolvidas actividades de higiene pessoal e de higiene da habitação. Isto é, a manhã de sexta – feira é estritamente reservada a limpezas do edifício protagonizadas pelos utentes, estes têm de se organizar como equipa de trabalho e definir o melhor plano de limpeza, e executá-lo. O objectivo subjacente a este ateliê, além da manutenção do edifício, é essencialmente promover que os jovens possam gerir, pelo menos, o seu espaço em casa.

A instituição sobrevive, do apoio da Segurança Social, que é de aproximadamente 3.549€, do pagamento de 30€ mensais de cada utente, pagamento de quotas por parte dos associados (embora só 70 sócios tenham as suas quotas em dia) de 30€ ao ano e a venda de produtos feitos nos ateliês. Existem alguns subsídios pontuais mas que não causam grande impacto no orçamento da instituição.

Com as leis implementadas pelo Ministério do Trabalho e Segurança Social, e com a pressão que é feita para a acreditação de todas as instituições a AFACIDASE teve que pôr em curso obras de remodelação do edifício onde está sediada. Trata-se de um imóvel com 30 anos, de quatro andares, unidos por escadas, o que não permite a fácil acessibilidade e dessa forma teve que se criar alternativas, introduzir uma plataforma nas escadas exteriores e um

elevador adaptado a pessoas com deficiência no interior do edifício, além de rampas de acesso, casas de banho adaptadas, entre outras obras.

### **A instituição dispõe dos seguintes espaços:**

- Sala do Ateliê de trabalhos Manuais;
- Despensa de apoio à cozinha;
- Cozinha com equipamento base de funcionamento;
- Despensa do Dia;
- Refeitório onde podem comer 30 pessoas;
- Salão;
- Sala de Atendimento às famílias e apoio psicossocial;
- Sala de Actividades;
- Sala de Música;
- Biblioteca e sala de estudo;
- 8 Casas de banho adaptadas;
- Capela, utilizada para missas promovidas na instituição;
- Sala para Unidade Multideficiência;
- Sala de exposição dos produtos realizados pelos jovens, colaboradores e voluntários;
- Sala do Café, para visitantes e funcionários;
- Gabinete dos serviços administrativos;
- Gabinete da Equipa Técnica;
- Sala de Voluntariado;
- Sala de Ateliê de Costura.

### **Equipa**

- 1 Directora de Serviços e Técnica de Reabilitação e Educação Especial
- 1 Assistente Social
- 1 Animador Sócio - Cultural
- 1 Administrativa
- 1 Monitora do Atelier de Doçaria

### c) Organograma

A Associação tem a estrutura apresentada no seguinte organograma:



### d) Caracterização da População

Além do conhecimento da instituição interessa saber quem são os seus utentes, e quais são as suas potencialidades e necessidades.

Importa referir o número de pessoas com deficiência e o tipo de deficiência que têm. Inicialmente serão apontados os casos que são acompanhados pela AFACIDASE, seguindo-se os casos fora da Instituição. (Estudo feito pela AFACIDASE com o apoio do Centro de Saúde de Manteigas)

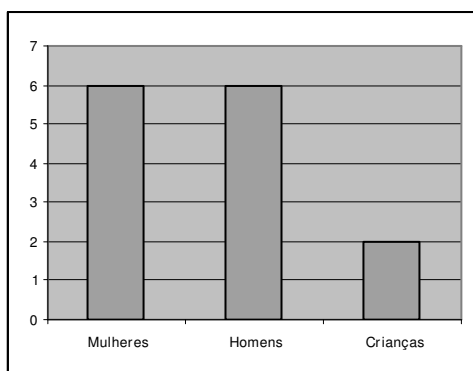


Gráfico 1

Na instituição o número de homens e mulheres não é diferente, encontram-se actualmente seis pessoas adultas de cada sexo e duas crianças do sexo masculino.

As idades estão compreendidas entre os 4 e os 52 anos, sendo as exigências e as expectativas diferentes para cada grupo etário.

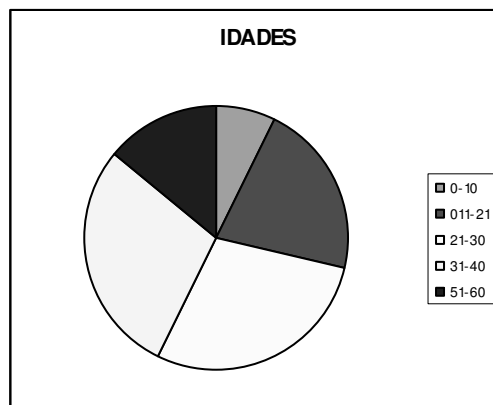


Gráfico 2

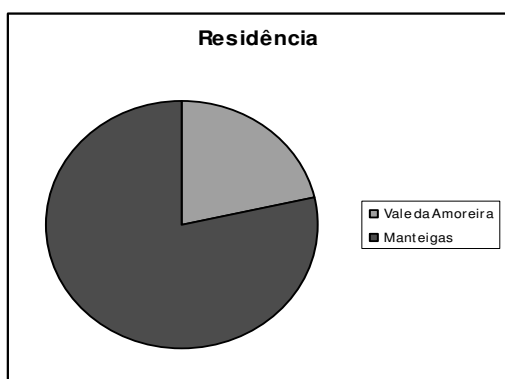


Gráfico 3

Maioritariamente, os utentes da AFACIDASE são residentes na vila de Manteigas, havendo três utentes que são de uma freguesia a 9Km, Vale de Amoreira.

Dos utentes, a maior parte tem perturbações mentais, e a deficiência que se segue é trissomia 21.

Interessa saber o tipo de patologias das pessoas em questão para poder criar um projecto que os inclua e que seja direccionado para este publico

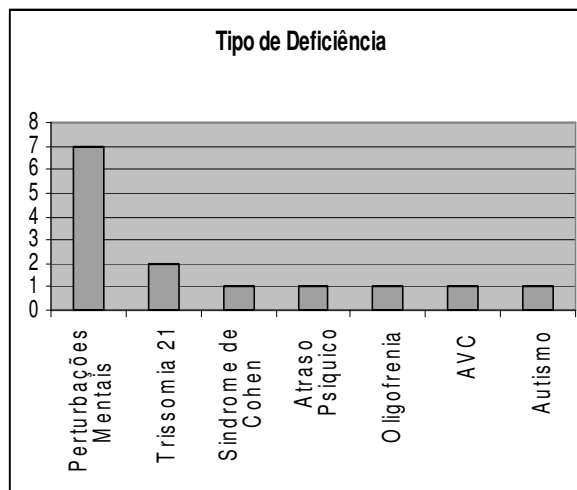


Gráfico 4

## Pessoas com deficiência no Concelho de Manteigas

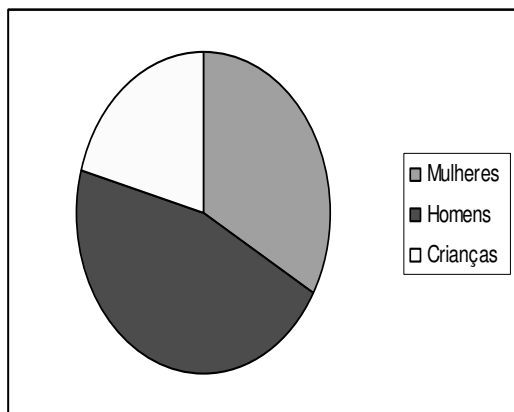


Gráfico 5

Fora da AFACIDASE, registam-se 24 casos, onde há um maior número de homens; no entanto, é uma diferença relativamente pequena. Existem alguns casos de deficiência motora em homens, causada por acidentes de trabalho, viação e outros. E também são os homens que mais trabalham nos campos e dessa forma as famílias não pretendem deixar de ter esse apoio para que eles possam frequentar o CAO.

Os tipos de deficiência são bastante vastos, encontramos contudo com maior número casos de Atraso Global de Desenvolvimento, isto porque várias deficiências que o provocam são hereditárias e dessa forma encontramos vários irmãos e primos com a mesma patologia. Alguns assistidos pela AFACIDASE outros, seis casos, fora da instituição.

Tipo de Deficiência	
Atraso Global no desenvolvimento	6
Hiperactividade	1
Síndrome de West	1
Paralisia Cerebral	3
Dificuldade de Aprendizagem	2
Síndrome de Down	1
Perturbações Mentais	3
Motor	1
Sem dados	6

Tabela 1

### e) Árvore de Problemas

Apresenta-se seguidamente a árvore de problemas, já que esta técnica possibilita chegar a uma interpretação partilhada dos problemas, sendo o objectivo encontrar um problema central, as suas causas e consequências.

Permite, assim, definir temas de estudo para a intervenção, ao mesmo tempo que delimita o problema/problemas para o qual o projecto deve ser criado tendo em vista a sua plena resolução. (In Plano de Desenvolvimento Social, Núcleo da Rede Social)

	<b>Consequências</b>	Situação de pobreza e desorientação	Exclusão Social	Respostas desadequadas
			<b>Falta de autonomia pessoal e financeira das pessoas com Deficiência</b>	
		Mercado de Trabalho não adaptado às necessidades das pessoas com deficiência	Isolamento Social	Crise Económica e Social que afecta o financiamento das instituições
		<i>Desvalorização da Pessoa com Deficiência</i>	<i>Utilidade na Economia Familiar</i>	
		<i>Patologias</i>	<i>Famílias Desestruturadas</i>	
<b>Causas</b>			<i>Vergonha</i>	

Tabela 2

O Concelho de Manteigas, como já foi referido, tem um número elevado de pessoas com deficiência, sejam estas mentais, a maioria, ou físicas. Só existe a AFACIDASE para dar resposta a este público, no entanto, presta apoio formalmente a 12 pessoas e presta algum apoio informal a cerca de 5 pessoas externas à instituição. A primeira questão que se coloca, é sem dúvida porque razão os cerca de 20 pais e famílias não inserem os seus educandos na AFACIDASE, sendo a única resposta para estas pessoas que existe no concelho, as razões encontradas prendem-se com a vergonha de terem um familiar com deficiência e querem escondê-lo de todos, o que não acontece se este for inserido na instituição porque além de existirem várias actividades exteriores, os utentes são responsáveis pela entrega de bolos e acompanhamento das técnicas em algumas funções que são feitas na Vila.

A vergonha dos pais foi apresentada como uma das razões pelas entidades que já trabalham com este público há vários anos, centro de saúde, gabinete social da Câmara Municipal e segurança social local.

Por outro lado, juntamente com a problemática da deficiência estão outras questões sociais, pobreza material e imaterial e também, em alguns

casos problemas de dependências. Nessas circunstâncias, o facto do seu educando ser portador de deficiência será a sua última preocupação.

Há casos também, em que os pais incentivaram os filhos desde muito cedo a trabalharem com eles no campo ou em casa, e assim tornam-se úteis para a economia familiar.

Estas razões provocam e crescem o isolamento social a que as pessoas com deficiência estão sujeitos, afunilando noutras problemáticas, o envelhecimento das pessoas com deficiência e ausência de relações além dos pais ou familiares que lhe criem um ambiente agradável na falta dos primeiros.

O número de pessoas com deficiência integradas no mercado normal de trabalho, não é significativo, a AFACIDASE dá resposta na sua maioria a pessoas com deficiência mental, que pela sua especificidade têm de ser trabalhados um a um e direccionados para actividades que eles tenham especial empenho. Torna-se complicado inserir qualquer um dos nossos jovens no mercado normal de trabalho devido às patologias que apresentam, todos eles têm um temperamento oscilante que dificilmente em contexto normal de trabalho será possível controlar.

Também, os empregadores e pessoas comuns têm uma visão da pessoa com deficiência de um incapaz que não consegue ser produtivo em nenhuma actividade, o que faz com que os edifícios e locais de trabalho não estejam adaptados à maioria das deficiências.

Ainda, uma preocupante questão mundial que afecta directamente a intervenção feita com pessoas com deficiência, é a crise que se tem feito sentir em todo o mundo e que restringe os apoios particulares e públicos que são dados a este tipo de instituições, também o mercado de trabalho se fecha para pessoas com deficiência com os momentos de crise, os empregadores receiam apostar nessas pessoas.

Todas as questões apresentadas anteriormente culminam na falta de autonomia social e financeira da pessoa com deficiência. Estes recebem um subsídio pecuniário não muito elevado que tem em vista a sua sobrevivência (cerca de 200€), esse valor é gerido pelas famílias sem que a pessoa com deficiência tenha acesso a ele directamente. Os jovens utentes da AFACIDASE na sua maioria não sabem manusear dinheiro, porque não tiveram acesso ao mesmo em nenhum momento da sua vida.


Se as pessoas com deficiência contribuírem efectivamente para a economia familiar e lhes for ensinado desde o primeiro momento a gerir o seu dinheiro, estas serão livres de optar pelos serviços que pretendem requerer e logo estarão mais envolvidas na sociedade.

Esta falta de autonomia das pessoas com deficiência colide com o aprofundamento da exclusão social a que estão consignadas, não são vistas, não têm poder de compra, não são tidas em conta como um elemento político importante. Por outro lado, as respostas que lhes são dadas também não se adequam ao que se pretende que seja a inclusão da pessoa com deficiência, sendo cada vez mais assistencialistas e não empreendedoras.

Perpetua-se a situação de pobreza de que várias pessoas com deficiência descendem.

#### f) Árvore de Oportunidades

Com o objectivo de demonstrar de que forma os problemas apresentados podem ser minorados, utiliza-se a técnica árvore das oportunidades.

	<b>Consequências</b>	Independência	Inclusão Social	Respostas Adequadas
			<b>Autonomia pessoal e Financeira das Pessoas com Deficiência</b>	
		Mercado de Trabalho Adequado	Inserção Social	Sustentabilidade das Instituições
		Valorização da Pessoa com Deficiência	Preservar os interesses da Pessoa	
		Potencialidades da Pessoa com Deficiência	Famílias Informadas e formadas	
	<b>Causas</b>		Valorização	

**Tabela 3**

Para que se possam estudar alternativas para inserção da pessoa com deficiência, devem ser encontrados os objectivos a ser alcançados e devem ser analisados quais os pontos fortes e fracos para atingir esses mesmos objectivos. Sendo assim é possível através da árvore de oportunidades definir um caminho de intervenção.

Para que a pessoa com deficiência seja integrada no mercado de trabalho, seja ele em contexto normal ou como emprego protegido, toda a concepção sobre deficiência tem de ser alterada, têm de ser observadas as potencialidades das pessoas portadoras de deficiência para que haja um reconhecimento da comunidade pelo seu trabalho, sendo fundamentalmente necessário criar espaços em que se tornem produtivos mas que se sintam bem.

Não se pode exigir que a comunidade geral aceite a pessoa com deficiência se as próprias famílias tem dificuldade em perceber quais as potencialidades dos seus educandos e preferem escondê-los.

O problema central encontrado na intervenção na AFACIDASE foi a falta de autonomia social e financeira dos utentes, sendo a solução desejável um projecto que resolva essa questão. Se um adulto com deficiência, entre os 30 e 45 anos se encontra institucionalizado acerca de 8 anos, e não frequentou a escola, depende da família financeiramente e para se orientar, está-se deste modo a fortalecer a exclusão e a não adaptação à sociedade em que vivemos.

A autonomia social da pessoa com deficiência é agir livremente de acordo com um plano próprio.

Quando há uma diminuição de autonomia, a pessoa é controlada por outros ou é incapaz de deliberar ou agir com base em seus desejos e planos. A incapacidade mental limita a autonomia, assim como, a institucionalização em prisões e instituições totais, porém estes indivíduos continuam a merecer o respeito como pessoas.

Para Charlesworth (2004), ninguém está dotado para desenvolver a liberdade pessoal e sentir-se autónomo se está angustiado pela pobreza, privado da educação básica ou se vive desprovido da ordem pública. Da mesma forma, a obtenção de saúde básica é uma condição para o exercício da autonomia. Kamii (2004) também coloca a autonomia numa perspectiva de vida em grupo. Para esta autora, a autonomia significa o indivíduo ser governado

por si próprio, significa levar em consideração os factores relevantes para decidir agir da melhor forma para todos.

Sendo então o princípio de autonomia, auto-determinação de um indivíduo, numa das suas possíveis leituras, a acção individual no contexto social deve assentar na responsabilidade de respeito para com os outros. (In <http://www.ufrgs.br/bioetica/autonomi.htm#autonomia>, 2004)

Existem deficiências que impossibilitam a pessoa de definir o seu projecto de vida, mas na realidade da AFACIDASE, verifica-se que há competências para decidir o plano individual, podendo fomentar nos utentes o poder de decisão, assim como, levar a cabo uma definição de projecto de vida com os utentes e famílias.

Com a verificação da autonomia social dos utentes da instituição será possível que estes sejam independentes nas actividades quotidianas da sua família e apoio da comunidade, assim como, a inclusão social a que se encontram de certo modo vedados.

A melhoria das respostas sociais é um processo autónomo com a mudança de intervenção com as pessoas com deficiência que se pretendem cada vez com mais competências e principalmente conhecimentos das ofertas que lhes são dadas pelas instituições, podendo optar livremente pela resposta que mais lhe convém.

### Capítulo 3 – Referências Teóricas

Neste capítulo, serão expostos aprofundadamente os conceitos que importa definir para a intervenção na área da deficiência.

Assim sendo, serão analisados vários pontos de vista e vários autores para que o desenho do projecto possa ser o mais adequado às necessidades da população – alvo. Serão trabalhados seguidamente os conceitos de deficiência, educação, formação e empreendedorismo.

## a) Quadro Teórico de Referência

### Deficiência

Deficiência é o termo usado para definir a ausência ou a disfunção de uma estrutura psíquica, fisiológica ou anatómica. A pessoa com deficiência precisa geralmente de atendimento especializado, seja para fins terapêuticos, como fisioterapia ou estimulação motora, seja para que possa aprender a lidar com a deficiência e a desenvolver as suas potencialidades.

Até aos anos 40 a deficiência via-se como causa de más formações congénitas ou pelas doenças da velhice. Havia os acidentes na idade adulta, mas poucos sobreviviam. As crianças a que chamavam “retardado mental” e cegos adultos estavam sentenciados ao estigma, a imagem social de quem era portador de deficiência igualava-se à incapacidade para o exercício de uma profissão, sendo as respostas para estas pessoas, as de abrigo, protecção e asilo.

A Guerra Colonial (1961 – 1974), veio conferir maior visibilidade às questões da deficiência, e em particular da deficiência adquirida. Situação que contribuiu para o surgimento de iniciativas da sociedade civil, com a cobertura dos riscos sociais que o estado não assumia. Movimento que se iniciou na Associação dos Deficientes das Forças Armadas e que depois se estendeu através dos movimentos cooperativo e associativismo com a criação de dezenas de instituições impulsionadas fundamentalmente por pais, os que mais sentiam a falta de formação e de desvalorização das pessoas com deficiência. (Cardoso, 2008)

A Organização Mundial de Saúde (OMS), em 1980, representou a deficiência em torno de três conceitos: deficiência, incapacidade e desvantagem (handicap). Devendo portanto a deficiência entender-se por toda a perda ou anormalidade de uma das funções de modo provisório ou definitivo; por sua vez a incapacidade caracteriza-se pelos excessos e insuficiências nos comportamentos e desempenhos das actividades quotidianas, podendo ser temporárias ou irreversíveis; por último a desvantagem ou handicap está relacionada com factos de ordem imaterial, designadamente a perda, limitações ou interdições quanto à sua participação no meio sócio – cultural.

Estes conceitos, segundo as Nações Unidas, em 1993, indicam que o primeiro conceito se refere a qualquer perda e anomalia da estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatómica; já o conceito de incapacidade define-se por qualquer restrição ou falta (resultante de uma deficiência) de aptidão para exercer uma actividade do modo ou no contexto das situações consideradas normais para um ser humano.

É como refere Veiga “ a discrepância entre o cumprimento das expectativas que se esperam dos indivíduos nas diferentes situações sociais e o seu desempenho efectivo nas mesmas situações.” (In Inserções, 2005)

A intervenção que tem sido feita nesta área deriva da percepção dos conceitos e das necessidades que as pessoas com deficiência vão manifestando, não é uma realidade estática, enquanto no século passado se pensava a intervenção de forma discriminatória, para esconder da sociedade, neste momento pretende-se a adaptação plena da pessoa na sociedade aceitando as suas dificuldades mas enaltecendo as suas potencialidades.

Esta visão surge também, “da designação Handicap, esta significa “ Hand in Cap” (a mão no chapéu), esta expressão designa a tiragem à sorte no campo de corridas, pressupondo a compreensão das diferenças entre pesos e concorrentes, no sentido metafórico esta expressão estabelece a necessidade de se criar todo um conjunto de condições físicas e imateriais, facilitadoras de uma plena integração na sociedade de pessoas com deficiência.” (In Inserções, 2005)

Através dos censos de 2001 (In Destaque do INE), o peso das pessoas com deficiência era de 6.1% em Portugal, 634 408 pessoas, das quais 333 911 são homens e 300 497 mulheres.

A zona centro regista uma percentagem de 6.6% de pessoas com deficiência, nesta região também a população com deficiência se encontra maioritariamente na idade activa, havendo, no entanto, uma percentagem (35%) significativa de pessoas com mais de 65 anos. Sendo o envelhecimento das pessoas com deficiência uma das novas questões sociais.

## Tipos de Deficiência

### 1 - Deficiência Mental

A Associação Americana de Deficiência Mental, fundada em 1876, apresenta na sua última definição de deficiência intelectual, que data de 1992, deficiência como as “limitações substanciais no funcionamento intelectual geral abaixo da média, coexistindo com limitações relacionais em duas ou mais das seguintes áreas do comportamento adaptativo, comunicação, tomar conta de si, vida doméstica, capacidades sociais, uso dos recursos da comunidade, auto-determinação, saúde e segurança, funcionamento académico, lazer e trabalho. A deficiência intelectual manifesta-se antes dos 18 anos.” (Claudino, 1998)

Também em 1992 define “deficiência mental refere-se a limitações substanciais no funcionamento actual. Caracteriza-se por um funcionamento intelectual significativamente inferior à média, que coexiste com limitações em duas ou mais das seguintes áreas de competências adaptativas: comunicação, cuidados pessoais (“self-care”), autonomia em casa (“home living”), competências sociais, utilização de recursos comunitários (“community use”), iniciativa e responsabilidade (“self-direction”), saúde e segurança, aptidões académicas funcionais, lazer e trabalho.

No domínio mental, podem ser encontrados casos como deficiências mentais congénitas, o caso de trissomia XXI, ou biológicas, através de agressões pré-natais, perinatais ou pós – natais que podem originar por exemplo paralisia cerebral. Também existem deficiências do foro psicológico, resultado de ausência de afecto, ecológicas, más condições de vida, ou psíquicas como a esquizofrenia. (In Inserções 2005)

No que se refere à deficiência mental pode existir atraso ligeiro, em que o jovem é educável do ponto de vista escolar; moderado, engloba indivíduos considerados treináveis do ponto de vista escolar; severo, corresponde à designação dos indivíduos considerados dependentes; e profundo que traduz a situação de vida com apoio e de não autonomia.

A Liga Internacional das Sociedades para os Deficientes Mentais define deficiência mental, como que envolvendo duas componentes essenciais, uma ligada a factores de desenvolvimento (idade biológica), outra a factores sócio-culturais:

- I) Funcionalidade intelectual significativamente abaixo da média e que seja notório desde tenra idade;
- II) Incapacidade significativa para adaptar às exigências culturais da sociedade;

A deficiência mental não é em si própria uma doença, ela compreende uma vasta gama de condições que, apesar de serem muitas vezes causadas por infecções biológicas e orgânicas, podem também ser devidas a causas sociais e psicológicas complexas. Em muitos casos, a causa específica de uma deficiência mental é desconhecida.

A deficiência mental manifesta-se geralmente na primeira infância, na idade pré-escolar ou ainda nos anos escolares quando se torna evidente uma lentidão anormal na evolução do comportamento, sob a forma de dificuldade na adaptação às exigências da vida quotidiana, na compreensão e utilização da linguagem e na assimilação de significados gerais ou abstractos.

A heterogeneidade da população habitualmente designada como deficiente mental, em termos de etiologias, características comportamentais, necessidades educativas, etc., revela que se trata de um problema prático (e teórico) complexo.

Assim, a deficiência mental apresenta-se como défice intelectual, um atraso do desenvolvimento intelectual. O aparecimento das noções de idade mental e de quociente intelectual (Q.I.), fez com que o comportamento dos deficientes mentais fosse atribuído ao seu baixo Q.I., a deficiência mental foi perspectivada como um défice intelectual, de que o Q.I. era a expressão

numérica, de natureza individual e etiologia orgânica, imutável e incurável (Perron, 1969 In Albuquerque, 2003).

Em 1959, a “American Association of Mental Deficiency” (A.A.M.D.) transferiu o limiar superior de Q.I., inerente ao diagnóstico da deficiência mental, de 2 para 1 desvio-padrão abaixo da média (isto é, dum Q.I. de 70 para 85), devido ao pressuposto de que mesmo défices muito ligeiros no funcionamento intelectual acarretariam dificuldades numa sociedade tecnológica (Robinson e Robinson, 1976 In Albuquerque, 2003). Em 1975, a referida associação decidiu eliminar o grau de zona limite ( $70 \geq \text{Q.I.} \leq 85$ ), no que foi seguida, em 1977, pela Organização Mundial de Saúde. Deste modo, muitos milhões de crianças que entre estas duas datas poderiam ser considerada deficientes mentais deixaram rapidamente de o poder ser.

As características pessoais que foram associadas à deficiência mental (orientação motivacional extrínseca, expectativas de fracasso, locus de controlo externo, reduzida a auto-estima, etc.). No entanto, baseado apenas no Q.I., não são reveladas dificuldades noutras áreas, que não a das aprendizagens escolares. Mercer (1973 In Albuquerque, 2003) propôs mesmo para essas crianças as designações de deficiente mental “situacional” ou “deficiente mental 6 horas por dia”, a fim de sublinhar a especificidade da sua inadaptação ao contexto escolar.

O conceito de comportamento adaptativo (comportamento que se pretende para as pessoas com deficiência) é, fundamentalmente, um conceito relativo às situações sociais e ao nível de desenvolvimento individual. A maior parte abrange comportamentos referentes à autonomia nas actividades de vida diária, ao desenvolvimento motor e linguístico, às aprendizagens escolares e às aptidões sociais. A presença de comportamentos “inadaptados”, constituem obstáculos ao seu desenvolvimento individual e podendo comprometer a sua integração escolar, familiar e social (Bruininks, Thurlow e Gilman, 1987; Meyer Nihira e Zetlin, 1979, In Cobb e Mittler, 2005).

Deficiência mental ligeira é, em geral, identificada no primeiro ciclo do ensino básico. Não é frequentemente detectada até aos 5 anos, mas a sua prevalência aumenta rapidamente nas idades seguintes, e atinge o seu máximo entre os 11 e os 14 anos. A partir dos 15 anos, diminui abruptamente para cerca de metade ou um terço dos valores registados nas idades precedentes

(Baird e Sadovnick, 1985; Richardson et al., 1984; Tarjan et al., 1973, In Cobb e Mittler, 2005).

De acordo com essas investigações, as vidas de muitos adultos com deficiência mental ligeira eram caracterizadas pelo desemprego, baixos salários, trabalho precário ou a tempo parcial (Brown-Glover e Wehman, 1996; Polloway et al., 1991, In Cobb e Mittler, 2005), relações sociais restritas, isolamento e uso limitado dos recursos comunitários (Brown-Glover e Wehman, 1996; Edgerton, 1988; Zetlin, 1988, In Cobb e Mittler, 2005). Existindo um desconhecimento de gestão do dinheiro; de aritmética; de leitura; de escrita; de higiene pessoal; de tarefas domésticas; de compras; de linguagem receptiva (p ex., compreensão de perguntas); e de linguagem expressiva, com destaque para os aspectos sintáticos e pragmáticos.

É prevalente em rapazes mais do que em raparigas (Bairrão et al., 1980; Baird e Sadovnick, 1985; Drillien, Jameson e Wilkinson, 1966; Herbst e Baird, 1983; Hagberg et al., 1981<sup>a</sup>; Son Blomquist, Gustavson e Holgren, 1981, In Albuquerque, 2003). Duas exceções a esta maior representação de rapazes são assinaladas nos estudos de Imre (1967) e de Rutter, Tizard e Whitmore (1970), em que se verificou que a taxa de deficientes mentais ligeiros não diferia nos dois sexos.

É unânime que a deficiência mental ligeira se concentra predominantemente nas classes sociais inferiores, provêm, sobretudo, de famílias com um baixo nível socioprofissional, em que os pais são trabalhadores não especializados ou semi-especializados, e estão representados nos meios socioprofissionais mais favorecidos. Têm fratrias mais numerosas, nos meios urbanos, vivem nas áreas residenciais mais degradadas, a densidade habitacional é elevada e as mães têm baixo nível educacional.

Montenegro (In Cardoso, 2008) apontava que os pais de alunos com atrasos intelectuais desempenhavam “ocupações geralmente mal remuneradas e de proventos instáveis, traduzindo, na maioria, trabalho grosseiramente especializado ou não qualificado cuja preparação intelectual oscila entre a 4<sup>a</sup> classe e o analfabetismo.

Os sujeitos com deficiência mental provêm, essencialmente, das classes mais desfavorecidas e, sobretudo, de famílias numerosas, residentes em zonas degradadas e em habitações superlotadas.

Entenda-se contudo que não é a pobreza monetária e cultural ou a convivência em bairros degradados que faz com que as crianças tenham deficiência, mas sim as problemáticas sociais associadas a famílias desfavorecidas como o alcoolismo, toxicod dependência, entre outros problemas que alteram o organismo humano.

Trabalhar pessoas com deficiência mental, trata-se de ajudar cada indivíduo de forma sistemática a desenvolver o máximo as suas capacidades e aptidões, qualidades pessoais, e de o ensinar a adaptar-se às exigências da sociedade mais vasta em que ele vive. Desenvolver plenamente as suas capacidades, a fim de reduzir a sua dependência e aumentar a sua competência.

## 2 - Deficiência Física

A Deficiência física pode ser motora ou sensorial com diversas origens, congénitas, néonatal e perinatal, no caso da miopia, malformações, encefalopatia, paralisia cerebral entre outras, ou adquirida no segmento de acidentes, como são exemplos a paraplégia, tetraplégia, fracturas, amputações, traumatismos cranianos, etc. (Claveranne In Inserções, 2005)

Na região centro as pessoas com deficiências motoras e sensoriais são o conjunto mais representativo sendo superior a 60% da população com deficiência.

### Ensino e Formação para Pessoas com Deficiência

Expõem-se aqui ensino e formação no sentido de frequência das crianças com necessidades especiais no ensino comum, ou seja, entrada para a escola no infantário, e seguindo todos os patamares, sempre com acompanhamento específico até ao ensino de segundo ciclo e terceiro ciclo (Decreto – Lei 3/2008). No caso dos utentes da AFACIDASE apenas os mais

novos tiveram e têm esse acompanhamento, pois os que se encontram entre as faixas etárias dos 30 aos 50 anos, não tiveram qualquer tipo de formação académica, ficando assim em casa e desenvolvendo competências de ajuda doméstica no contexto familiar.

A escola tem como função dotar as pessoas com deficiência de modelos de comportamento socialmente aceites como sendo a saída possível da situação de desvantagem acederem e se apropriarem do seu próprio espaço e futuro.

Pretende-se que a escola se torne inclusiva, é saudável manter o modelo mas em parceria com entidades especializadas capazes de lhes transmitir aprendizagens que não existam no sistema regular de ensino. Proporcionar-lhes um apoio especializado em terapia de fala, hipoterapia, técnicas de mobilidade, Braille, língua gestual, psicomotricidade, entre outras técnicas especializadas pouco encontradas no seio das escolas do sistema regular de ensino.

Quando se fala em formação quer-se-á dizer formar o aluno profissionalmente, para uma actividade que poderá vir a desempenhar ao longo da sua vida. Na AFACIDASE existem três desses casos. Um deles fez estágio na AFACIDASE com vista a uma possível integração nos quadros da instituição como auxiliar de limpeza. Esta jovem sofre de epilepsia e tem uma deficiência visual bastante grave, no entanto, é uma pessoa cognitivamente capaz de realizar qualquer função e seguir estudos universitários. Este caso é acompanhado por vários profissionais neurologistas, psiquiatras, psicólogos e técnicos de desenvolvimento e os diagnósticos são unânimes em que não existe nenhum comprometimento a nível intelectual.

Embora a jovem não se tenha esforçado, desde logo ficou claro que não estava apta para as funções que deveria desempenhar, não mostrando nenhum interesse para as actividades de limpeza e infelizmente não tinha preparação, era incapaz de arrumar devidamente os detergentes, além do problema de visão a limitar na limpeza de chão, vidro, mesas, etc.

Outra jovem, agora utente da AFACIDASE, frequentou durante três anos a formação para ajudante de cozinha, numa instituição de formação profissional diferente do primeiro caso apresentado. Ao dar entrada na instituição pareceu óbvio à equipa técnica que esta jovem se adaptaria

facilmente às funções da cozinha, ajudando na confecção de bolos e doces, no entanto, depois de avaliação com os familiares e com a própria jovem verificou-se que ela não se sente minimamente realizada nas funções de cozinha. Apesar de fazer o que lhe pediam ficava sempre muito triste quando tinha que realizar turnos na cozinha, chorava, e tinha que fazer várias pausas em que ia para a sala de actividades pois não conseguia ficar todo o dia na cozinha.

Ainda uma jovem que desenvolveu o seu curso de costura de uma forma satisfatória e que foi integrada pela entidade formadora numa empresa de confecções, para um estágio, apesar de desenvolver a actividade profissional na perfeição, fomentava vários problemas entre as colegas, além de o seu temperamento não se adequar de todo às exigências da empresa. Findo o estágio acabou por sair, não arranjando nenhum outro emprego.

Estes casos representam a dificuldade de integração das pessoas com deficiência pós formação no mercado de trabalho, não parece ser feito um diagnóstico das capacidades dos jovens e as suas preferências, além das exigências da formação serem bastante menores que as do mercado de trabalho normal o que cria um desajustamento à partida.

Esse desajustamento entre a formação ministrada por entidades que se dedicam à qualificação de pessoas com deficiência e as necessidades do mercado de trabalho é uma realidade complexa e que pouco tem contribuído para a resolução dos problemas de emprego dos implicados.

A formação profissional é geralmente desenvolvida em ambiente protegido para a pessoa que a frequenta, a quem são proporcionadas as condições de transporte, alimentação, segurança e apoio psico-social. Quando terminam a fase de formação e se perspectiva a integração profissional em mercado normal de trabalho, esbarram com uma outra realidade completamente distinta. Aparecem dificuldades que já ninguém está disponível para suprir e que, muitas vezes, são do mesmo tipo das que lhe foram satisfeitas ao longo de vários anos no contexto formativo: transporte, alimentação, segurança e apoio psico-social. (Cardoso, 2008)

Os indivíduos que sofrem as influências de um processo formativo, normalmente longo, com média de 4 anos de duração, são protegidos e acarinhados por um sistema “quase perfeito”, de suporte institucional, e aceite pela sociedade como bastante válido, ganham expectativas e adquirem

padrões de exigência, perfeitamente legítimos e até desejáveis numa perspectiva de integração, contudo não são preparados para as expectativas dos empregadores.

A formação é uma resposta que agrada de várias formas às famílias além de sentirem que os seus educados estão a desenvolver uma área de trabalho e a receber uma bolsa de formação o que ajuda financeiramente a família.

No Centro de Emprego da Guarda, sede de distrito, estão inscritos 48 pessoas com deficiência.

Será exposta seguidamente a tabela com o número de inscritos, a deficiência que possuem e as suas habilitações:

Guarda 2004	Sensorial	Motora	Mental	Outra Deficiência
1º Ciclo	7	2	0	0
2º Ciclo	3	4	2	0
3º Ciclo	2	0	1	0
Secundário	2	1	1	0
Superior	0	0	2	0

**Tabela 4**

(In Inserções pp. 21)

A população com características de baixas habilitações ou ausência de qualificação profissional está fortemente desfavorecida perante o mercado de trabalho, dispondo de reduzido número de possibilidades de acesso ao mercado de trabalho, geralmente, constituído por postos de trabalho mais precários e pior remunerados. Neste enquadramento, as mulheres são ainda mais atingidas. Tudo é exponencialmente mais agravado quando se tem alguma incapacidade ou limitação para o trabalho.

Neste quadro, as políticas de formação profissional, dos últimos trinta anos, privilegiaram a formação da população com deficiência. Através do Programa CONSTELAÇÃO, financiado pelo Fundo Social Europeu, por via do Instituto do Emprego e Formação Profissional, em que, centenas de associações, cooperativas e fundações, ministraram formação profissional a milhares de jovens. (Cardoso, 2008)

Noutra perspectiva, observa-se uma descontinuidade clara entre as políticas de formação e as de emprego, em que as primeiras não são projectadas em função das segundas. É também visível um desenvolvimento das actividades de resposta em torno do que é mais facilmente concretizável. Apesar da imensurável diferença de recursos dispendida entre a formação profissional e o emprego, com claro pendor para a primeira, as respostas para promover a criação de emprego ou apoiar-lo em regimes protegidos, são muito menores, ou quase inexistentes.

A realidade da formação profissional altera-se da do emprego, como refere Humes (1982, um dos principais factores de insucesso nesta fase de transição formação – emprego, é a perda de continuidade, ou ligação entre os programas de educação especial e o emprego, o que poderia ser minorado se a identificação das necessidades da carreira fosse feita mais cedo, de modo a permitir a subsequente sequência do processo de desenvolvimento da carreira. (In Claudino, 1998).

As pessoas com deficiência física alcançam mais facilmente a escola formal e por isso são mais escolarizadas. Como o grau de escolaridade é um critério que tem sido utilizado pelo mercado de trabalho na admissão de trabalhadores, esse grupo, comparativamente, tem essa vantagem sobre os demais.

As barreiras a que estão sujeitos os estudantes com deficiência são bem conhecidas pela sociedade (JPN, Universidade do Porto), para além do desconhecimento também possuem a ideia de uma excessiva burocratização para obter qualquer benefício e olham com desconfiança para os serviços que prestam a ajuda. A falta de informação inibe a procura de serviços pelo receio de isso implicar despesas adicionais ou de não se ter direito à ajuda. O isolamento e a distância aos serviços, são também factores que, normalmente, agravam a falta de informação.

## Trabalho e Deficiência

O conceito de trabalho relaciona-se com a população activa, as pessoas que se encontram em idade e com capacidade para exercer uma actividade profissional. O trabalho ou o emprego é um dos principais mecanismos de integração social, é uma fonte de rendimento regular onde se criam vínculos importantes de ligação à sociedade, à rede de relações interpessoais que o emprego proporciona.

As pessoas passam grande parte do seu tempo na instituição onde trabalham, sendo esta uma experiência que se deseja agradável. Quando não é encarado com gosto torna-se um elemento de stress e fadiga. Trabalhar significa ter dinheiro, programação do tempo, uma identidade pessoal e social, um vasto número de contactos sociais e satisfação de necessidades psicológicas.

A remuneração que se recebe permite o acesso a mais conforto, a actividades de lazer e cultura. O estatuto social conferido a uma pessoa liga-se à actividade profissional que desenvolve, a própria identidade é atribuída frequentemente, em função da profissão que se exerce.

Quando o ser humano gosta do seu trabalho este constitui uma fonte de motivação, de crescimento psicológico e de realização pessoal. O trabalho, além de constituir uma fonte de rendimento económico liga-se também a aspectos psicológicos importantes que ajudam a enriquecer a auto – estima do indivíduo. É no meio do trabalho que a pessoa estabelece a grande maioria dos seus conhecimentos e contactos sociais.

Para pessoas com deficiência terem um emprego dá-lhes motivação, capacidades e independência para desempenharem da melhor forma as suas tarefas.

Desde a década de 70 que nos E.U.A. se evoluiu para a aplicação de teorias do desenvolvimento da carreira de pessoas com deficiência. Em 1973 foram publicadas as “Actas de Reabilitação e da Educação para Todas as Crianças com Deficiência”, onde foram salientados os mesmos direitos à educação pública, à formação profissional e ao emprego deste grupo (Ryan In Claudino 1998) O trabalho enquanto parte do estilo de vida, passa a ser um conceito central.

Em Portugal, esta transição faz-se nos anos 80, através da lei-quadro da reabilitação, do Ministério do Trabalho e Segurança Social, pelo qual foram construídos vários centros de formação e com eles o desenvolvimento de programas de formação em larga escala, que se destinavam a dotar os jovens e adultos com conhecimentos e competências para obter e conservar o emprego (Charana In Claudino, 1998).

Com a globalização, a ligação a todo o mundo quer a nível de locomoção quer a nível de informação e mercado, estão a ocorrer profundas alterações no domínio do trabalho, mais especificamente, no estatuto do trabalho assalariado, também designado por trabalho por conta de outrem.

Não se trata só do aumento do desemprego, mas de precarização das relações laborais, da insegurança do emprego e da flexisegurança (pretende combinar uma adequada protecção ao trabalhador e flexibilidade suficiente no mercado de trabalho que permita às empresas tomar as medidas necessárias de reestruturação para se manterem competitivas, CNIS, 2006)

Tudo isto como factores que criam vulnerabilidade social a largos segmentos da população, que afectam todas as classes sociais e profissionais e, que são elementos exponencialmente prejudiciais para a pessoa com deficiência. Classificam o problema como sendo uma nova questão social, no sentido em que a persistência de um largo sector da população involuntariamente sem trabalho e impossibilitada de se integrar no mercado de trabalho põe em causa um modelo de sociedade assente no paradigma do trabalho assalariado (Rosanvallón:19995; Castel:1995; Schnapper:1997, In Cardoso)

A política de reabilitação profissional das pessoas com deficiência, como já foi referido, é uma problemática que se pode considerar relativamente recente em Portugal. Até finais dos anos setenta a deficiência era considerada uma fatalidade. Quem nascia com deficiência era vetado um contexto de lógicas de apoio, que quando existiam, tinham como base ideológica a caridade e o assistencialismo.

A integração da pessoa com deficiência em mercado normal de trabalho varia entre o trabalho por conta de outrem e a instalação por conta própria. Nesta segunda é claro o défice de espírito empreendedor nesta população.

Esta situação é provavelmente fruto do peso das representações e das entidades assimiladas a respeito das próprias capacidades, sendo uma matéria que talvez necessite ser mais trabalhada.

Certas infra-estruturas, como por exemplo os transportes públicos. Considerou-se que o teletrabalho também poderia ser uma forma de inserção particularmente adequada. Sendo certo que por vezes a essa modalidade de trabalho se associam processos de flexibilidade selvagem do mercado, não é menos certo que o mesmo constitui uma das formas de trabalho com maiores oportunidades de futuro, se bem que, para um reduzido segmento desta população.

Se considerarmos que, muitas destas medidas, não permitem um período experimental prévio para análise do risco envolvido pela contratação, que os apoios atribuídos existem apenas na fase inicial ou são de curta duração, que exigem o compromisso formal através de vinculação contratual à entidade que atribui o apoio ou incentivo, com implicações directas e indirectas que podem condicionar decisões futuras da entidade empregadora, podemos estar perante um quadro gerador de situações contraproducentes ao objectivo pretendido.

Os problemas mais sentidos pelas pessoas com deficiência estão, ligados ao peso do desemprego e da precariedade do emprego que revelam a persistência de factores de discriminação que penalizam essas pessoas. O risco de exclusão permanece no mercado de trabalho.

Chegamos assim à seguinte realidade: as pessoas com deficiência têm três vezes mais probabilidades de estarem desempregadas do que as pessoas não deficientes. Começando estes, entraves ainda na infância da pessoa com deficiência que é muitas vezes afastado do ensino regular não podendo seguir posteriormente o ensino superior ou especializado. (Cardoso, 2008)

É facto que existe um número muito reduzido de pessoas com deficiência incluídos nos centros de emprego e isto também porque existe ainda uma difícil aceitação das pessoas com deficiência no mercado de trabalho. Regista-se ainda uma imagem desqualificadora destas pessoas e das suas capacidades de trabalho, que poderão ser iguais ou superiores às dos demais se criadas as condições para tal, não reconhecendo que as dificuldades inerentes à adaptação e aos eventuais níveis de produtividade

inferiores são compensados pelo aproveitamento das medidas de inserção profissional disponibilizadas pelo IEFP e pelos benefícios fiscais e contributivos.

Na inserção no trabalho tem sempre como objectivo tornar a pessoa completamente independente. É nos casos de deficiência física que encontramos a maior franja de desempregados, regista-se um apoio institucional insuficiente. (In Inserções, 2004)

Todos os incentivos e apoios que foram criados com o objectivo de promover a integração das pessoas com deficiência foram alicerçados na concepção tradicional de estabilidade do emprego. A generalidade requer que os contratos a celebrar com os trabalhadores com deficiência sejam efectuados através de contrato de trabalho sem termo, também designados por contrato por tempo indeterminado. Algumas medidas ainda agravam o compromisso do empregador, através da imposição de um período mínimo de quatro anos, como garantia da manutenção do posto de trabalho.

Como o trabalho para a pessoa com deficiência funciona como o principal factor de integração na sociedade, quer pela aceitação dos outros, quer do sentido de utilidade do próprio, quando não é capaz de garantir um emprego, e a conseqüente autonomia que o mesmo lhe possa proporcionar, o indivíduo entra num processo de auto-exclusão e de depreciação da sua condição de cidadania.

Nesta ordem de modernidade reflexiva, de construção de biografias de risco e do desaparecimento dos modelos tradicionais, o desemprego deixou de ser visto como um problema estrutural e passou a ser um problema individual. Cada indivíduo é considerado responsável pelo seu sucesso, ou culpabilizado no insucesso que tenha na sua vida. Esta problemática torna-se mais vincada quando a pessoa possui logo à partida uma debilidade que o torna menos competitivo, tanto mais, que o trabalho funciona como a principal esfera de integração do indivíduo e a incapacidade de o arranjar ou manter abre o caminho para a exclusão.

## Acesso ao Emprego

<b>Medidas de Apoio</b>	<b>Descrição das Medidas</b>
<b>Apoio ao emprego no mercado de trabalho</b>	Subsídios dirigidos às organizações empregadores não reembolsáveis: - Subsídio de compensação: prestação financeira mensal para suprir os menores rendimentos de pessoas com deficiência. - Subsídio de adaptação às dificuldades funcionais deste grupo alvo; bem como subsídio de eliminação de barreiras arquitectónicas (até um máximo de 12 salários mínimos nacionais). - Subsídio de acolhimento personalizado: despesas com remuneração de técnicos profissionais que acompanhem estas pessoas no processo de inserção profissional (até 2 salários mínimos por pessoa)
<b>Emprego protegido</b>	Dirigido às empresas que empregam pessoas com capacidade média de trabalho igual ou superior a 1/3 da capacidade normal, permitindo um apoio ao nível da aquisição de equipamento adaptado e da contratação de trabalhadores em regime de estágios não superiores a 9 meses.
<b>Readaptação ao Trabalho</b>	Dirigidos a pessoas que adquiriram deficiência durante a sua vida profissional, através da sua reabilitação e requalificação profissionais.
<b>Quotas de Emprego para pessoas com Deficiência</b>	Dirigido a pessoas com deficiência motora, visual, auditiva, mental ou paralisia cerebral, com um grau de incapacidade igual ou superior a 60%, que possam exercer sem limitações as actividades a que se candidatam. (Folheto SNR nº 37)

Tabela 5

Os Estados devem reconhecer que as pessoas com deficiência têm de estar habilitadas para exercer os seus direitos humanos, particularmente em matéria de emprego. Tanto em zonas rurais como nas urbanas deve haver igualdade de oportunidade para obter um emprego produtivo e remunerado no mercado de trabalho.

O emprego e a actividade profissional são elementos importantes para garantir a igualdade de oportunidades para todos e muito contribuem para promover a plena participação dos cidadãos na vida económica, cultural e social, bem como o seu desenvolvimento pessoal.

Convém recordar que a taxa de desemprego das pessoas com deficiência é duas ou três vezes mais elevadas que a dos restantes cidadãos. Na AFACIDASE, os utentes são portadores de deficiência mental ligeira ou moderada, vários autores defendem que a sua adaptação, designadamente a

nível profissional, é, em geral, satisfatória (Robinson e Robinson, 1976; Zigler e Harter, 1969; cf. Ponto 2.2 In Cobb Mittler, 2005).

Empregar deficientes compensa. São poucos os empregadores que dão oportunidades laborais a cidadãos com deficiência ou incapacidade, mas aqueles que o fazem são unânimes: empregar pessoas com deficiência tem muitas vantagens para além dos subsídios a que as empresas têm direito, dadas as dificuldades do mercado de trabalho, acrescidas para o caso de pessoas deficientes, aqueles que têm uma oportunidade não querem desiludir o seu empregador são os primeiros a disponibilizarem -se para trabalhar aos sábados e ou gerir picos de trabalho, as empresas, além de melhorarem a produtividade, ganham o respeito dos clientes e a admiração dos funcionários, o absentismo é quase inexistente, cria-se orgulho e fidelidade à empresa, e transmite boa imagem para o exterior. (In Revista Exame, 1998)

Existem várias políticas de emprego para este público mas estas ainda não deram frutos, é necessário ser mais interventivo, acompanhar os casos mais de perto, mas também responsabilizar as instituições formadoras e que acolhem pessoas com deficiência a treiná-los devidamente para o mercado de trabalho. São estas quem devem dar o exemplo pondo nos seus quadros pessoas com deficiência e proporcionando um observatório para que as empresas vejam potenciais funcionários.

“ A incorporação no trabalho é a principal referência e quem dele se vê excluído engrossa as fileiras da maior privação”. ( Estivill, 2003)

## Exclusão social

A população com deficiência não é homogénea. Para além da existência de uma diversidade de graus e tipologias, ela também é afectada por problemáticas comuns ao resto dos elementos constituintes da sociedade. Por exemplo ao nível do emprego, também nesta população, as mulheres são a maioria dos desempregados e as que encontram maior dificuldade de integração. O caso é duplamente agravado, porque para além do défice de capacidades que possuem, o sexo condiciona-as com um leque de opções muito mais restrito, quer no momento em que efectuam as suas escolhas num

percurso de formação, quer no momento de integração no exercício da actividade profissional.

A dimensão económica do problema da exclusão, normalmente associada ao desemprego, à precariedade do trabalho, aos baixos rendimentos, a uma competição desregrada, às falhas ou características inerentes aos mercados e às crises económicas, pode agravar mais o problema da pessoa com deficiência e tornar a sua situação mais exclusiva. Estas situações podem gerar a quebra de vínculos sociais, com um sentimento de não pertencerem plenamente à sociedade, criando uma consciência de não-cidadania, de perda dos direitos e dos deveres de cidadão, ou de desafiliação.

Os indivíduos que dispõem de garantias de trabalho permanente mobilizam suportes relacionais sólidos. Quando isso não sucede, a zona de vulnerabilidade associada à precariedade do trabalho, propicia a fragilidade relacional e a desafiliação, podendo conjugar a ausência de trabalho com o isolamento social, e levar a situações de pobreza, em resultado da não integração pelo trabalho (Castel, 1991). Pobreza não é apenas a privação ou insuficiência de rendimentos ou de bens materiais, mas também, o resultado da falta de acesso a recursos fundamentais para a realização do bem-estar humano.

Muitas vezes o problema não reside apenas no cidadão com deficiência, geralmente, as situações de risco, pertencem a agregados onde predomina o trabalho informal, o emprego precário e o desemprego. São também comuns a falta de qualificação escolar e profissional de todos os membros do agregado, a significativa ausência de poder económico, profissional, social e relacional, o que resulta em trajectórias individuais e familiares onde a multiplicidade dos problemas sociais se entrecruza numa complexa teia que dificulta as hipóteses de integração social.

No campo material é possível proteger as pessoas com deficiência garantindo-lhes benefícios sociais “generosos” que tendencialmente as isentam da participação no mercado de trabalho e, de modo mais genérico, das dinâmicas de inclusão social. Esta estratégia, sendo na aparência mais protectora, é também mais propícia a situações de exclusão social, não especificamente por via da pobreza e da privação de bens materiais, mas por via do afastamento da participação em esferas fundamentais da vida social

como o trabalho, uma vez que na prática aquilo que é subsidiado é a inactividade. É também uma estratégia que marginaliza as pessoas com deficiência. Sobretudo, porque, mesmo que legalmente isso não seja claro, o lugar simbólico naturalizado da pessoa com deficiência é fora do mercado de trabalho e, no essencial, a cargo dos benefícios públicos e das solidariedades privadas que lhe são proporcionadas.

Não são invulgares as situações de famílias dependentes de alguém que recebe prestações da Segurança Social. Normalmente, a pessoa com deficiência, mesmo em quadro de inactividade, recebe uma prestação social, da qual alguns agregados criam dependência, o que pode originar mais uma resistência no acesso ao emprego, atendendo à incompatibilidade entre o recebimento da prestação e o rendimento do trabalho, criando o complexo da “opção” entre o “garantido” - prestação social, e o “incerto” - emprego.

Para além dos problemas de emprego, dos baixos rendimentos e da sua incerteza, estes agregados são muitas vezes afectados por outras situações como: as más condições de habitação, problemas de saúde dos adultos, alcoolismo, relações familiares problemáticas, maus-tratos.

O principal meio de vida das pessoas com deficiência está naturalmente ligado à situação perante o trabalho e à condição económica e social que enfrentam. As principais fontes de rendimento advêm de verbas disponibilizadas pela segurança social (Pensões, reforma, subsídio de desemprego etc.) Estas representam uma fonte de rendimento substancial para as pessoas com deficiência, principalmente a motora. No entanto, o valor dessas pensões é directamente gasto em despesas de saúde e assim os beneficiários ficam dependentes da família ou apoios externos.

Cerca de 25% das pessoas com deficiência têm mais de 60% de incapacidade permanente atribuída pela Junta Médica (entidade que diagnostica e determina o grau de incapacidade), sendo que mais de metade não tem qualquer tipo de grau atribuído, o que condiciona à partida o aproveitamento de várias regalias, traduzindo-se no reduzido número de beneficiários das medidas de inserção profissional dos últimos anos. (In Inserções, 2004)

A dependência familiar e institucional de alguns casos de deficiência é evidente e pode contribuir para esconder a deficiência do mercado normal de

trabalho, por outro lado, a protecção excessiva de algumas famílias são factores de bloqueio que poderão inviabilizar uma situação de independência no futuro. Outras famílias receiam que quando a pessoa com deficiência que comece a trabalhar perca direito à pensão que recebe sem retorno. A dependência ganha uma dimensão ainda mais preocupante quando estamos na presença de pessoas com idade avançada.

As pessoas com deficiência deparam-se também com barreiras ao acesso a alguns sistemas ligados à educação e formação, à saúde, à mobilidade etc. O que reforça cumulativamente este efeito de fechamento para com a sociedade.

(In Inserções, 2004)

O desaparecimento de certas actividades industriais que absorviam mão-de-obra com carácter intensivo, sem grande exigência de qualificações, como resultado de uma crise estrutural e a recessão económica das crises conjunturais, fez desaparecer algumas pequenas oficinas que localmente também ocupavam considerável fatia de mão-de-obra, além da indústria de lanifícios que chegou a empregar cerca de 1000 pessoas e que se encontram fechadas. Estas situações nada contribuem para que os públicos mais vulneráveis possam sair da situação de desemprego e consequente ciclo de exclusão.

Devido à grande taxa de desemprego o trabalho protegido tem registado um desenvolvimento assinalável, e possibilita hoje a disponibilização de um número crescente de postos de trabalho para pessoas com deficiência. Estas empresas de Trabalho Protegido manifestam cada vez mais claramente a vontade de se afirmarem como actores plenamente reconhecidos da vida económica e reivindicam por isso uma profissionalização crescente, enfrentar a concorrência plena com as empresas normais. Efectua-se em quadros jurídicos diversos, oscilando entre as regras da empresa ordinária e as dos estabelecimentos de orientação terapêutica. (Dupont, Visier, 1998)

Numa integração total, existe a participação das pessoas com deficiência na vida económica e social, pois actualmente só 50% dos europeus com deficiência têm emprego. (União Europeia, 2008)

## Estigma Social

Segundo a obra “ Estigma” de Erving Goffman, (1963) o conceito de estigma, é aplicado às pessoa que não correspondem às expectativa da sociedade, todos são rotuladas e postos em grupos, aquele que não se insere em nenhum desses grupos é- lhe dada uma marca que os individualiza de forma depreciativa.

Construiu-se uma ideologia sobre o estigma para indicar o sentimento de inferioridade dos estigmatizados, dando-lhe uma dimensão quase não-humana, de perigo.

A sociedade é responsável pela marcação de diferenças entre os ditos normais e os outros, categoriza o que é comum e natural e o que foge desse limiar imposto é automaticamente rotulado pela sua característica.

Dependendo da visibilidade que do seu estigma, são lhes postas diferentes discriminações, se o estigmatizado tiver uma característica como “ser feio”, ele nasceu assim, e isso não o impede de continuar com as suas funções individuais normais, é estigmatizado quando as pessoas olham para ele, o que lhe dificulta as relações de amizade, grupais.

Por outro lado, a pessoa que é estigmatizada por motivo de doença, não consegue integrar-se num grupo, e é - lhe dificultado o acesso ao trabalho.

Existem várias tipologias de estigma, o primeiro é a abominação do corpo, consiste nas deformações corporais, é uma marca visível para todos os que os rodeiam, estigmatizando-os de imediato; em segundo são as culpas de carácter individual, desencadeadas por distúrbios mentais, desemprego e homossexualidade; por último, os estigmas de raça, nação e religião, são uma característica de um grupo que é pelos restantes grupos, intolerada.

A deficiência enquadra-se nos vários campos do estigma social. Contudo, é notória uma menor interacção com crianças e jovens que tenham deficiências com simbolismos corporais, como o caso da trissomia XXI.

## Intervenção para a Inclusão

A escolha de uma política ideologicamente orientada para a qualidade de vida das pessoas com deficiência não passa apenas por colocar-lhes ao dispor os meios financeiros para assegurar um padrão de vida mínimo, é necessário combater a estigmatização resultante da exclusão de certos contextos sociais, criando sentimentos de utilidade, autonomia, estatuto social, participação na vida colectiva.

Segundo Rogério Roque Amaro (In Cardoso, 2008), é importante distinguir os três conceitos em que se movem as acções de intervenção:

1. **Inserção** – como processo de reforço de competências ao nível do indivíduo, viabilizando a sua ligação à sociedade, representando um processo de *empowerment* ao nível do indivíduo. Trata-se sobretudo de desenvolver estratégias de formação, que terão necessariamente repercussões, directas e indirectas, na vertente económica da vida dos implicados;
2. **Inclusão** - como processo de aumento das oportunidades, por parte da sociedade, e da sua disponibilização equitativa para todos os cidadãos. O que depende sobretudo das políticas e das estratégias adoptadas pelas instituições e organizações da sociedade e das infra-estruturas e meios criados;
3. **Integração** – como a articulação sistemática dos dois processos anteriores, permitindo a interacção positiva entre indivíduo e sociedade, nos dois sentidos. Pressupõe naturalmente a contribuição dos factores económicos, entre outros.

Alguns autores consideram que é possível, proteger os riscos sociais associados à deficiência e promover a participação social e a inclusão no mercado de trabalho, se necessário através de medidas compensatórias e de incentivos a essa inserção.

É urgente sensibilizar os empregadores e a população em geral para os direitos, necessidades e possibilidades das pessoas com deficiência. Ao mesmo tempo é necessário consciencializar as próprias pessoas com deficiência para os seus direitos e deveres. Assim devem ser elaboradas campanhas de sensibilização destinadas a mentalizar os empregadores para as capacidades de trabalho das pessoas com deficiência; incentivar os meios de comunicação social a que se apresente uma imagem positiva das pessoas com deficiência; elaborar campanhas destinadas a capacitar as pessoas com deficiência dos seus direitos e deveres enquanto cidadãos de pleno direito. (Cardoso, 2008)

### Falhas e oportunidades do modelo vigente

	Problema	Alteração
Estado	Transferiu a total responsabilidade na criação de emprego destas pessoas para o sector privado:  - <b>Empresas</b> - <b>Terceiro Sector</b>	Dar o exemplo, ter nos quadros do sector público, pessoas com deficiência.
Compromisso exigido às entidades empregadoras	Exigência de contrato sem termo	Mostrar as potencialidades no terreno e servir de incubadora para que as empresas possam recrutar trabalhadores.
Divulgação	Falta de divulgação das medidas e da valorização do processo pela acção e não apenas a formulação legislativa	Mostrar o trabalho que é desenvolvido nas instituições, publicitar.
Formação e emprego	Formação desajustada às necessidades e exigências do mercado, criando descontinuidades	Utilizar mais a formação como forma de proporcionar a esta população o contacto com o mundo real do trabalho

	no apoio as pessoas envolvidas	e promover a formação fora do contexto institucional que é redutor de oportunidades
Novos Empregos	Sociedade da Informação desajustada à maioria da população com deficiência do país  Pouca divulgação de incentivos	Promover a criação de mais entidades que gerem emprego no sector  Criar condições específicas  Ajustar a formação e a escolaridade

Tabela 6

### Bolha de Conforto ou Responsabilidade Social

Qualquer pessoa procura ao longo da vida encontrar locais em que se sinta confortável, que seja seu. Durante o ciclo vital o ser humano luta para constituir uma família e uma posição em grupos, estejam eles relacionados com o trabalho, associativismos, equipas, etc. Em suma, preparam a sua bolha de conforto, um local onde se sentem bem. Para uma pessoa com deficiência também existe esta realidade e há a procura constante de um espaço, de um grupo que promova o bem - estar.

Neste momento e devido aos esforços que se têm feito para a inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho, representantes da Associação de Deficientes de Portugal (ADP), defendem que não se deve procurar a inclusão no trabalho de pessoas com deficiência dentro da instituição, com medidas de emprego protegido e de empresa social. No entanto, é facto que tal como qualquer ser humano, as pessoas com deficiência têm direito a escolher e podem de facto escolher pelo mercado de trabalho comum ou pela ligação próxima da instituição que sempre o acolheu.

Por duas razões distintas, os utentes da AFACIDASE não podem neste momento ser integrados no mercado de trabalho comum. Primeiro, porque o mercado de trabalho, como foi visto anteriormente, abre portas apenas a algumas deficiências, não se enquadrando nenhum dos utentes que têm deficiências mentais que necessitam de acompanhamento e supervisão. Em segundo, as patologias que algumas pessoas com deficiência apresentam alteram significativamente e constantemente o seu humor, estando numa

empresa lucrativa não poderia perturbar os colegas nem deixar de fazer o seu trabalho. Assim, criar um emprego na instituição onde estão inseridos não se trata de uma produção de bolha de conforto mas sim a dinamização de um meio que conhecem, trata-se essencialmente de Responsabilidade Social da Instituição para com os seus utentes e pessoas com deficiência em geral.

A responsabilidade social define-se pelo envolvimento da área empresarial no apoio aos direitos humanos que protegem do trabalho infantil, do trabalho forçado e que promovem a liberdade de associação, a não discriminação e a saúde e segurança no trabalho. Com isto as organizações decidem, numa base voluntária, contribuir para uma sociedade mais justa e para um ambiente mais limpo e aponta caminhos para uma gestão dos recursos humanos.

Neste sentido a responsabilidade social tem em vista:

- Promover o desenvolvimento de carreiras, proporcionar a formação contínua;
- Promover e recompensar o desenvolvimento de competências, com programas de participação nos resultados.

É aquilo que as organizações façam no campo social e ambiental, que vá para além das suas obrigações legais.

Em Portugal muito se tem evoluído a este respeito, a cultura e o desporto são as principais actividades apoiadas, seguidas pela saúde e pela assistência social.

Contudo, parte-se do princípio que as organizações de cariz social fomentam á partida a responsabilidade para com todos, no entanto, muito ainda há a fazer neste campo, tanto para a relação organização – funcionários como organização – Utentes.

Assim, criar uma resposta dentro da instituição e promover a autonomia financeira das pessoas com deficiência altera para sempre os custos morais que advêm da marginalização de milhares de cidadãos em Portugal e em todo o mundo. Também se cria uma dualidade de benefícios que são por um lado a terapia de trabalhar e ter o seu próprio salário.

## Empreendedorismo Social: Conceito

O desenvolvimento histórico sobre o “empreendedor” ou “entrepreneur” tem vindo a ser tratado por vários autores, como Jean – Baptiste Say, Schumpeter e Gartner (In Melriça et al, 2008). Para perceber a evolução conceptual do termo empreendedor, recuemos no tempo, e deparemo-nos com o termo *entrepreneur*, originado a partir do contexto económico francês nos séculos XVII e XVIII. Este termo na sua origem remete-nos para alguém que “empreende” um projecto ou uma actividade significativa. Progressivamente, este conceito foi aliado à capacidade de “identificar os indivíduos mais arrojados que estimulavam o progresso económico ao descobrirem novas e melhores formas de fazer as coisas”.

De acordo com Jean Baptiste Say, no século XIX o empreendedor era entendido enquanto gerador de valor, sendo que “o empreendedor movimenta recursos económicos de uma área de baixa produtividade para outra de maior produtividade e rendimento.” Já no século XX surge através de Joseph Schumpeter o termo “*Destruição Criativa*”, como forma de designar a capacidade de inovar por parte dos empreendedores no sentido de alterar o padrão habitual de produção do capitalismo, de promover a inovação sendo esta “a criação de coisas novas ou o rearranjar das coisas antigas mas de uma nova forma”.

De acordo com Schumpeter, os empreendedores são agentes de mudança, inovadores na forma de agir, traduzindo-se a sua acção em mudança e avanço da economia. Para Schumpeter, o empreendedor é quem aplica uma inovação no contexto dos negócios, a qual se pode traduzir na introdução de um novo produto, introdução de um novo método de produção, abertura de um novo mercado, aquisição de uma nova fonte de oferta de materiais ou ainda criação de uma nova empresa.

O leque de teorias no domínio do empreendedorismo tem sido vasto pelo que, embora haja muitos seguidores da linha apresentada anteriormente, verificamos que outros autores apresentam enquadramentos distintos neste domínio.

É o caso de Peter Drucker que partindo da definição de Say, amplifica-a centrando-se na questão da oportunidade. Na opinião deste autor os

empreendedores não têm de provocar mudanças, têm antes de explorar as oportunidades geradas a partir de mudanças como as tecnológicas, sociais e outras. Segundo este autor, “inovação é a ferramenta específica dos empreendedores, os meios pelos quais exploram as alterações de uma oportunidade para um negócio ou um serviço diferente” (Drucker, 1993).

Novamente citando este autor, “isto define o empreendedor e o empreendedorismo – o empreendedor está sempre à procura da mudança e explora-a como uma oportunidade”. O empreendedorismo não implica um objectivo lucrativo. Daqui se percebe desde logo que a abordagem do empreendedorismo pode ser centrada numa óptica de empreendedorismo empresarial, e como tal mais economicista, como pode ser centrada numa óptica de empreendedorismo social, tendencialmente não lucrativo, sobretudo orientado por uma missão social.

O empreendedorismo social, como muitos autores referem não é um fenómeno novo, contudo a utilização do termo é que é recente. No passado, os empresários eram considerados como indivíduos com motivações estritamente económicas, baseando a sua acção na (re) orientação dos recursos para atender um maior retorno económico.

A definição e os limites conceptuais, do conceito empreendedorismo social, ainda é uma tarefa *bravia*, dado a falta de consenso entre os vários autores, reflexo da carente literatura existente, como refere Quintão (2004) “o tema ainda é embrionário nas ciências sociais”, contudo, com base nessa mesma literatura o empreendedor social é considerado o indivíduo que implementa projectos de intervenção social de uma forma sustentável.

A fundação Ashoka define empreendedor como:

“Os indivíduos com soluções inovadores para os problemas mais prementes da sociedade. Eles são ambiciosos e persistentes, atacando os principais problemas sociais e oferecendo novas ideias para uma mudança a larga-escala”.

“Os empreendedores sociais são indivíduos visionários, que possuem capacidade empreendedora e criatividade para promover mudanças sociais de longo alcance no campo de actividade”.

Para Bill Drayton os empreendedores sociais “não se contentam em dar um peixe ou ensinar a pescar. Eles não descansam enquanto não tiverem revolucionado a indústria do peixe”. Esta visão é clara e manifestamente consequência da paixão e do desejo de inovar que perseguem os empreendedores.

No que toca a estes diferentes conceitos que encontramos a partir de diferentes fontes, fica nítido que o conceito ainda está em construção dado as diversas aproximações ao mesmo. Contudo, esta amostra possibilita-nos perceber que há uma certa similitude quanto à compreensão da origem de empreendedorismo social. O empreendedor social contribui efectivamente para um desenvolvimento sustentável, na qualidade de vida e de mudança social, em benefício da sociedade.

Na visão de Dees os empreendedores devem “ adoptar uma missão para criar e manter valor social” (2001). Os empreendedores sociais criam valores sociais através da inovação e também da força de recursos financeiros, sempre com o propósito do desenvolvimento social, económico e comunitário. Estes empreendedores são caracterizados de variadíssimas formas. Segundo Bill Drayton devem possuir uma ideia nova e poderosa, são criativos, detêm potencial, têm qualidade empreendedora e forte fibra ética.

Entretanto para Dees o empreendedor é inovador, cria e sustenta valor com novas empresas ou novas abordagens para resolver problemas sociais, também, são considerados agentes de mudança no sector social e que procuram constantemente novas formas de servir os seus clientes e assim estão claramente dispostos a assumir riscos para o concretizar.

Segundo a Skoll Foudation os empreendedores sociais caracterizam-se essencialmente por serem indivíduos ambiciosos, com estratégias, capazes de reunir recursos significativos e orientados para os resultados, sempre com base numa missão.

O Empreendedorismo é actualmente considerado como um novo modelo de intervenção social que procura através de estratégias inovadoras, redesenhar novos processos de inclusão e de integração apelando à participação da sociedade e concomitantemente procurar dar resposta às necessidades reais da população e assim impulsionar um impacto social positivo e sustentável.

Como assinala Ferreira (2005), embora a utilização inicial do termo tenha ocorrido no âmbito da actividade económica convencional para outras, como área da economia informal ou área política institucional (social entrepreneur) e a área política institucional (policy entrepreneur, institucional entrepreneur), o empreendedorismo já não se verifica só entre capitalistas com recursos e acesso a oportunidade.

O empreendedor é alguém que beneficia da distribuição imperfeita da informação e tenta tirar vantagem disso. Para tal ele precisa de vigilância e prontidão, de manter um estado permanente de alerta (alertness). “ Este elemento é responsável pela nossa compreensão da acção humana como activa, criativa e humana, ao invés de passiva, automática e mecânica”

O empreendedorismo não implica o lucro como meta. Nem todas as organizações não lucrativas serão empreendedoras se não houver um aproveitamento de oportunidades trazidas pela mudança. (Portela et al, 2008)

### Empreendedorismo o caminho para a Inclusão

Entende-se por inclusão a forma de sociedade em que todos os seres humanos fazem parte e são uma mais-valia para o sistema.

Neste caso, especifica-se, trata-se de incluídos os cidadãos portadores de deficiência que fazem parte de todos os sistemas da vida social, escola, trabalho, família, etc.

Entre o Capitalismo e o Socialismo a economia social surge como uma via alternativa. Criar uma gestão de empresa social na AFACIDASE é promover a inclusão por vários motivos, sumariamente referidos mas que neste capítulo encontram a sua justificação.

Num primeiro momento, sempre que se estruturam ateliês para o centro de actividades ocupacionais, tem-se em vista preparar os jovens para o mercado de trabalho. No entanto, estes são preparados, são levados aos centros de emprego, realizam algumas formações, mas o emprego no contexto normal de trabalho nunca chega a tempo útil. Além dos condicionamentos gerais da deficiência, os utentes da AFACIDASE têm ainda hábitos que não se coadunam com os objectivos de uma empresa. Isto é, apesar de realizarem o

trabalho eficazmente (ponto cruz, lavar loiça, limpezas, etc.) este trabalho está condicionado pela disposição.

Alguns jovens, agora utentes da instituição tiveram experiências laborais que apesar de ricas tornaram o sentimento de frustração próximo.

Como referem vários autores, a meta é integrar as pessoas com deficiência no mercado de trabalho, na escola regular, na sociedade de forma plena, mas, apesar dos esforços esta inclusão não acontece e enquanto o tempo passa várias pessoas vão ficando à margem sem resposta.

Dessa forma, tem que se intervir tendo em conta as pessoas com que cada instituição trabalha, e definir com eles o melhor projecto de inclusão.

Para a AFACIDASE, o projecto estudado, foi encontrar dentro da instituição uma resposta mista, isto é, ter turnos de trabalho ao mesmo tempo que têm acesso a educação e actividades culturais.

O objectivo (empreendedor) do projecto é criar um local de trabalho para alguns utentes da instituição ao mesmo tempo que se corta gradualmente a ligação assistencialista que se tem com a segurança social, estando aí subjacente o princípio de sustentabilidade, princípio motor do empreendedorismo social.

Os projectos de empreendedorismo provocam a mudança no sector social, os seus agentes, os empreendedores sociais, adoptam uma missão para criar valor social, reconhecem e procuram oportunidades para servir essa missão, empenhando-se num processo contínuo de inovação, adaptação e aprendizagem.

O empreendedor gera lucros na sua actividade, prestando contudo contas com transparência, e tendo em vista a auto-suficiência institucional ou comunitária, é visto, nas sociedades modernas, como um indivíduo autónomo e capaz de decidir, arriscar e fazer obra individualmente. Esta cultura choca com uma cultura estatutária prevalecente em muitas comunidades que lidam com pessoas com deficiência.

Cada vez mais as direcções das instituições procuram técnicos empreendedores que tenham como principais objectivos a busca de eficácia, investir na disseminação organizada do empreendedorismo para um progresso económico e social que gere também novos empregos. (Neto e Sales)

Desde sempre os indivíduos incentivados por uma missão procuraram a inovação através de iniciativas em prol da humanidade. Há inúmeros exemplos na história da Humanidade, de indivíduos que se tornaram verdadeiros agentes de mudança, criando novas oportunidades para as pessoas desfavorecidas, e concomitantemente criaram e criam valor social, através da inovação e do impacto social, económico ou comunitário. Um exemplo é Jane Addams (E.U.A) que fundou a Hull-House em 1889, através de um acordo social para a melhoria das condições de vida de um bairro pobre de imigrantes, em Chicago, e depressa expandiu os seus esforços a nível nacional e até mesmo internacional.

A partir de 1996 merece destaque o conjunto de medidas agregadas na Resolução do Conselho de ministros nº 104/96, de 9 de Julho, que inclui o Mercado Social de Emprego. Lembremos que o seu objectivo é o combate ao desemprego, à pobreza e à exclusão social, promovendo a inclusão de pessoas nessa situação em actividades relacionadas com necessidades sociais não satisfeitas pelo normal funcionamento do mercado. De entre o seu conjunto de soluções, destacam-se:

- As actividades ocupacionais, promovidas por entidades sem fins lucrativos, e destinadas a desempregados subsidiados e a pessoas desempregadas em situação de carência económica;
- As Empresas de Inserção são estruturas sem fins lucrativos dotadas de autonomia administrativas e financeira, que têm por fim a reinserção sócio profissional de desempregados de longa duração e outras pessoas consideradas desfavorecidas em termos de acesso ao mercado de trabalho;
- O Regime de Emprego, destinado a pessoas com deficiência, onde se estabelece condições particulares para o aumento da sua empregabilidade.

O Mercado Social de Emprego tem-se revelado um instrumento eficaz de activação, não constitui necessariamente a melhor resposta para todas as situações de desemprego e de exclusão, sendo certo ainda que as entidades sem fins lucrativos não têm obviamente uma capacidade ilimitada de absorção de trabalhadores, que as diversas parcerias instituídas carecem por vezes de

eficácia e que os instrumentos de observação das dinâmicas locais de emprego são insuficientes. (Costa, 2006)

A pobreza tem entre nós, contornos e dimensões que não podemos ignorar e que têm justificado a criação de dispositivos específicos que visam a sua redução/eliminação, políticas activas de promoção de Emprego, dirigidas a desempregados e populações em riscos de exclusão, para (re) integração no mercado de trabalho, através de ocupações (socialmente) úteis, iniciativas locais de emprego (ILE), a criação do próprio emprego (CPE) e as medidas e programas do Mercado Social de Emprego (MSE).

Verifica-se aqui uma oportunidade de empreendedorismo que faz com que as pessoas com deficiência tenham um salário fruto do próprio trabalho acaba por aumentar a sua própria auto-estima, permitindo uma progressiva inserção do mercado de trabalho. (Pessoa e Lima, 2006)

Para Dália Pereira e Joaquim Pinho (2006), ressalta que o acompanhamento próximo dos responsáveis é indispensável para a consolidação das aprendizagens e integração social dos beneficiários, sendo criados hábitos de trabalho. Quebra-se o isolamento, aumenta-se o rendimento de famílias desfavorecidas pelo seu próprio trabalho, promoveu-se a autonomização e a empregabilidade.

Assim para a AFACIDASE o empreendedorismo social é visto como a capacidade de gerar recursos no mercado com vista a resolver problemas sociais, visto com a ênfase na inovação social, não necessariamente sujeita a participação no mercado. Esta perspectiva pode ter um cariz mais individual, como se demonstra pela definição de Gregory Dees que vê o empreendedor com o agente individual de mudança no sector social (2001), ou mais organizacional, como é o caso das definições europeias de empresa social, aquela que inova em termos de forma organizacional ou formas de abordagem aos problemas (Borgaza e Defourny, 2001).

Pretende que a instituição se molde para:

- A lógica de benefício colectivo sobrepondo-se à realização de lucro e a necessidade de articulação da sustentabilidade e autonomia financeira com a prossecução dos objectivos de satisfação das necessidades dos grupos sociais que representam;

- A lógica de desenvolvimento comunitário, frequentemente associada à multiplicação de actividades visando a resolução de problemas e exigências de características multidimensionais;
- A existência de uma grande diversidade de *stakeholders* com exigências muito diversas relativamente à organização (financiadores, associados, utilizadores, público, parceiros, fornecedores, trabalhadores, voluntários), em especial a necessidade de conciliar os interesses dos financiadores e dos utilizadores, e de gerir as exigências paralelas das diversas fontes de recursos (financeiros, voluntariado, legitimidade);
- A existência de uma identidade comum no contexto do ramo de actividade ou do terceiro sector em geral, marcada frequentemente pela noção de que se trata de entidades diferentes do sector lucrativo ou do Estado;
- Estruturas jurídicas, nomeadamente as de natureza associativa e cooperativa, onde o exercício de liderança tende a ser um espaço de negociação onde os problemas privados se transformam em problemas públicos.

É uma visão alternativa à institucionalização, uma política para a deficiência, deve ser o da inclusão social, considerando o espaço e o tempo como factores determinantes na sua inserção.

Para uma boa intervenção devem-se considerar também os seguintes factores como motor para uma resposta com um perfil empreendedor, as famílias das pessoas com deficiência, da parte dos pais a dedicação e a disponibilidade terá que ser ajustada de acordo com o grau de autonomia e funcionalidade da pessoa com deficiência, disponibilidade essa, que muitas vezes é dividida com os restantes irmãos, o que leva a temer que no futuro tenham de encarar a pesada responsabilidade da vida do irmão, quando os pais ficarem idosos ou morrerem.

Os pais começam-se a preocupar com o aumento da esperança de vida dos seus filhos com deficiência e com o que vai acontecer, de quem vão depender depois que eles morrerem. E não só em termos financeiros, mas com quem e onde vai ele ficar depois de eles próprios faltarem ou quando já estiverem velhos, a necessitar também de cuidados. Consequentemente existe

um sistema de apoio maior porque vão ficar sem aquele que lhe deram suporte, seja o caso parental, ou irmão que assumiram o papel de cuidador.

Por outro lado, nas últimas décadas observamos um aumento na esperança de vida dos indivíduos portadores de deficiência, particularmente em função do controle de doenças infecciosas, das correções cirúrgica das cardiopatias e de uma melhor atenção médica e familiar.

Segundo o estudo “Inserções”, verifica-se que em Castelo Branco, Covilhã, Seia e Guarda se regista uma elevada representatividade de pessoas com deficiência física e uma expressão de pessoas com deficiência mental considerável:

- Mais de metade das pessoas com deficiência tem acima dos 55 anos;
- 3 em 4 faz parte da população inactiva;
- Cerca de 25% tem mais de 60% de incapacidade permanente atribuída, sendo que mais de metade não tem qualquer tipo de grau atribuído;
- Cerca de 90% vive em edifícios sem rampas de acesso e elevador, metade daqueles sendo inacessível;
- A taxa de desemprego aproxima-se da média nacional;
- Uma percentagem, muito reduzida, de desempregados a beneficiar de medidas de inserção do IEFP

Assim, torna-se fulcral apresentar às famílias e às próprias pessoas com deficiência uma resposta que vise a integração e que acompanhe a pessoa com deficiência nas várias fases da sua vida, mais proximamente se estiver integrada na instituição ou de acompanhamento ocasional para aferir se têm alguma necessidade, se estiverem integrados no mercado normal de trabalho.

## Políticas Sociais

As políticas sociais aqui mencionadas ganham importância para o conhecimento de uma problemática porque são condições sociais que estruturam a sociedade, sendo através delas que o governo estabelece as regras. É, por isso necessário conhecer as políticas sociais inerentes à temática da deficiência para agir em conformidade.

Apresenta-se seguidamente algumas leis e declarações que consideradas fundamentais:

A pessoa com deficiência goza de todos os direitos como pessoa humana. Direitos que se encontram consagrados na Constituição da República Portuguesa (CRP), em que a cidadania se expressa ao nível dos direitos, liberdades, garantias e deveres sociais, Artigo 71º.

No Artigo 71º da CRP (Cidadãos portadores de deficiência), são apresentados os seguintes três pontos:

1. Os cidadãos portadores de deficiência física ou mental gozam plenamente dos direitos e estão sujeitos aos deveres consignados na Constituição, com ressalva do exercício ou do cumprimento daqueles para os quais se encontrem incapacitados.
2. O Estado obriga-se a realizar uma política nacional de prevenção e de tratamento, reabilitação e integração dos cidadãos portadores de deficiência e de apoio às suas famílias, a desenvolver uma pedagogia que sensibilize a sociedade quanto aos deveres de respeito e solidariedade para com eles e a assumir o encargo da efectiva realização dos seus direitos, sem prejuízo dos direitos e deveres dos pais e tutores.

Lei de Bases da Prevenção e da Reabilitação: Definem-se os elementos constitutivos da estrutura de legitimação no campo da reabilitação e integração da pessoa com Deficiência. (Veiga In Inserções pp. 5)

Decreto - Lei n.º 299/86, de 19 de Setembro: estabelece o regime de incentivos às empresas para a contratação de trabalhadores portadores de deficiência.

Decreto – Lei n.º 18/89, de 11 de Janeiro: destina a actividade de apoio ocupacional aos deficientes graves, no sentido de permitir um aproveitamento

das suas capacidades remanescentes para uma maior integração profissional e social.

Decreto – Lei n.º 125/91 de 21 de Março: Reduz os encargos contributivos à segurança social por parte das empresas.

Decreto - Lei n.º 319/91: política de educação para Crianças com Necessidades Educativas Especiais.

Declaração de Salamanca 1994: ter acesso às escolas regulares e que as últimas devem adequar as pedagogias e os meios necessários às suas necessidades.

A crescente consciencialização das discriminações de que são alvo as pessoas com deficiência, nesta como noutras matérias, fruto do trabalho intensivo do movimento internacional de pessoas com deficiência, induziu o Conselho da União Europeia a aprovar, em 27 de Novembro de 2000 a Directiva que estabelece um quadro geral de igualdade de tratamento do emprego e na actividade profissional assim como o programa de acção comunitário de luta contra a discriminação.

É referido no âmbito de aplicação: a directiva é aplicável a todas as pessoas, tanto no sector público como no privado, incluindo os organismos públicos, no que diz respeito:

- a) Às condições de acesso ao emprego, ao trabalho independente ou à actividade profissional, incluindo os critérios de selecção e as condições de contratação, seja qual for o ramo de actividade e a todos os níveis da hierarquia profissional, incluindo em matéria de promoção;
- b) Ao acesso a todos os tipos e a todos os níveis de orientação profissional, formação profissional, formação profissional avançada e reconversão profissional, incluindo a aquisição de experiência prática;
- c) Às condições de emprego e de trabalho, incluindo o despedimento e a remuneração:

Decreto – Lei n.º 29/2001 de 3 de Fevereiro: Estabelece o sistema de quotas de emprego para pessoas com deficiência, com um grau de incapacidade funcional igual ou superior a 60%, em todos os serviços e organismos de administração central, regional autónoma e local.

Plano do Ano Europeu das Pessoas com Deficiência em 2003: que previa a concretização de acções para melhorar a integração económica e social deste grupo de pessoas. O plano baseou-se em quatro pilares, 1- ao acesso ao emprego e a manutenção da vida activa incluindo a luta contra a discriminação, 2 – à educação e a formação ao longo da vida para reforçar a capacidade de inserção profissional e a cidadania activa, 3- às novas tecnologias para tornar as pessoas com deficiência mais autónomas e 4- à acessibilidade aos edifícios públicos a fim de se conseguir melhorar a participação no trabalho e a integração económica e social.

Lei nº 38/2004 de 18 de Agosto – Regime Jurídico de Prevenção, habitação, reabilitação e participação das pessoas com Deficiência: Descreve os objectivos e o alcance que o processo de reabilitação pretende atingir, destacando-se a necessidade de assegurar o acesso à educação, formação e trabalho ao longo da vida; a promoção do acesso a serviços de apoio e, por fim, a promoção de espaços e ambientes em que as barreiras não sejam condicionantes para a efectividade de níveis plenos de participação e cidadania.

Portaria nº. 432/2006 De 3 de Maio: Regulamenta as actividades desenvolvidas nos centros de actividades ocupacionais.

Decreto – Lei n.º 163/2006 de 8 de Agosto: aprova o regime de acessibilidade aos edifícios habitacionais. Determina na prática, que os projectistas e donos de obra terão de cumprir regras que permitam eliminar as barreiras arquitectónicas e, assim, melhorar a mobilidade dentro e fora de determinado tipo de edifícios.

Decreto – Lei 3/2008 de 7 de Janeiro: define os critérios de ensino especial para crianças com necessidades educativas especiais de carácter permanente e não permanente.

### Experiências similares

Antes de abordar o projecto a que se refere este documento, mais pormenorizadamente, interessa referir alguns projectos comparáveis dentro e fora de Portugal.

- **Associação para a Recuperação de Cidadãos Inadaptados da Lousã - ARCIL**

A ARCIL foi criada em 1976, por um grupo pessoas, lideradas por um pai e uma assistente social, confrontadas com a dificuldade de educar os seus filhos. É uma Instituição Privada de Solidariedade Social (IPSS), sem fins lucrativos, reconhecida como entidade de utilidade pública (EUP). Procura desde 1976, contribuir para a efectiva inclusão social de pessoas com deficiência e outras necessidades especiais.

Promovendo uma mudança no olhar sobre a incapacidade e a diferença, promove a valorização e inclusão social e profissional dos utentes, através de medidas específicas de intervenção, em articulação com serviços públicos e privados, numa postura de cooperação, abertura e complementaridade. Assume-se com princípios de qualidade da intervenção, do desenvolvimento comunitário, do trabalho em parceria e da luta contra a exclusão social. Os serviços prestados são financiados por fundos públicos e pelos resultados de produção e prestação de serviços das estruturas da instituição.

No Centro de Emprego Protegido da ARCIL são criadas respostas para pessoas com dificuldades de acesso ao mercado de trabalho em diferentes áreas de actividade - agropecuária, serração de madeiras, reparação de calçado, reprodução de chaves, produção de artigos de olaria e cerâmica, produção de cartões de plástico, limpeza de interiores, lavandaria e criação e manutenção de espaços verdes.

Através de programas de acompanhamento individualizado, promove-se o desenvolvimento da autonomia pessoal, familiar e social dos colaboradores do Centro de Emprego Protegido da Associação para a Recuperação do Cidadão com Incapacidade da Lousã (CEPARCIL) e a sua capacidade de auto-representação, enquanto cidadãos a quem se colocam todos os desafios da vida adulta.

No domínio profissional, a ARCIL investe na qualificação, na flexibilidade e polivalência, na sua colocação experimental em estruturas empresariais externas, de modo a criar condições para a sua posterior integração definitiva em mercado de trabalho não protegido.

As estruturas de produção de bens e serviços foram criadas com dois objectivos essenciais:

- Inserção sócio-profissional de pessoas portadoras de deficiência;
- Reforço das fontes de financiamento.

Os produtos realizados são uma solução economicamente interessante, que potencia o volume de postos de trabalho que criam para pessoas com deficiência. (In [www.arcil.org](http://www.arcil.org))

- **Casa Santa Isabel**

A comunidade foi fundada em 1981 e situa-se em S. Romão, no sopé noroeste da Serra da Estrela, a montanha mais alta de Portugal. É dirigida por colaboradores que se esforçam por incrementar e desenvolver a prática da pedagogia curativa e sócio-terapia antroposóficas, tal como foram impulsionadas pelo filósofo austríaco Dr. Rudolf Steiner.

A missão da Casa de Santa Isabel é a de criar uma comunidade de vida, de trabalho e de aprendizagem para crianças, adolescentes e adultos com necessidades especiais e os seus colaboradores. Estes esforçam-se por criar relações sociais saudáveis num ambiente dedicado à renovação pessoal e social, à terapia e ao cuidado da terra. O reconhecimento do pleno potencial de cada indivíduo promove tanto a independência como a interdependência, o que possibilita a cada pessoa o seu crescimento na vida da comunidade enquanto permite à comunidade o crescimento com o indivíduo.

Depois de sair da escola elementar, os alunos são gradualmente introduzidos no trabalho. Durante 4 anos eles participam num programa de treino, que constitui uma componente essencial na motivação de crescer e amadurecer para a fase adulta.

Durante as manhãs participam nas aulas teóricas e artísticas, na parte da tarde compartilham as oficinas com os companheiros e recebem um treino vocacional.

Os companheiros, nome que pelo qual se tratam os utentes, trabalham com os mestres de oficina e outros colaboradores na: padaria, olaria, carpintaria, sala de tecelagem, lavandaria, sala de costura, construção civil, cozinha, horticultura biodinâmica e a floresta. Os produtos servem particularmente as necessidades da comunidade, mas são também vendidos.

O trabalho na floresta e na terra não têm resultados visíveis a curto prazo. A comunidade está situada numa das encostas da Serra da Estrela e a terra é pobre. Em 1988 foi feito um plano de reflorestação e o grupo florestal começou a substituir os pinheiros e eucaliptos que eram predominantes. Entretanto, mais que 4000 castanheiros, carvalhos, larícios, bétula e árvores de fruto foram plantados.

O fim não é o trabalho em oficinas para pessoas com deficiência, mas oficinas onde se trabalha com estas pessoas. Oficinas nas quais as capacidades diferentes de todos os participantes, desde o mestre até ao companheiro com deficiência profunda, trabalham em conjunto para criar um produto. Deste modo o trabalho torna-se 'ajuda que leva ao desenvolvimento e humanização' (In [www.casasantaisabel.pt](http://www.casasantaisabel.pt))

Através da observação, na visita feita à Casa Santa Isabel, detectou-se que cada Companheiro inserido no mercado de trabalho normal é uma vitória, no entanto, os números não são ainda muito significativos, sendo no ano de 2008 inseridos dois jovens em padarias locais.

Na instituição não pretendem que os seus ateliês sejam potenciadores de emprego protegido para os companheiros, mas que ajude ao seu desenvolvimento, como já foi exposto. Mas, as dificuldades com que as instituições de solidariedade fazem frente incentiva a que cada vez mais sejam criados ateliês produtivos com o objectivo de sustento para a comunidade, como por exemplo o ateliê de carpintaria, a madeira é recolhida no pinhal da

instituição, tratada e são feitos os móveis necessários para as casas, na padaria é feito o pão para toda a comunidade, assim como algum pão e bolachas para vender.

Toda a comunidade se alimenta à base de vegetais e alimentos que são fornecidos pela natureza, sendo o investimento na agricultura um objectivo traçado que pretendem alcançar a médio prazo, para que possam confeccionar as refeições com o que a própria terra lhes dá.

- **Centres d' Aide par le Travail – C.A.T.**

Em França existem os centros de ajuda para o trabalho da UNAPEI (União de Instituições de Apoio à Deficiência), que são estabelecimentos médico – sociais que acolhem pessoas com deficiência mental, continuam uma forma particular de equipamentos e serviço de apoio para o trabalho.

Estes centros estão espalhados por toda a França, sendo criados por pais e amigos de pessoas com deficiência mental, são instituições não lucrativas que primam pela qualidade de acompanhamento, o respeito e a dignidade da pessoa com deficiência.

Assim, os C.A.T. são estruturas onde as pessoas com deficiência exercem uma actividade profissional, e ao mesmo tempo permitem que a pessoa mantenha as suas aquisições, evoluindo num meio onde é acompanhada.

Na apresentação da instituição, no site, referem que, a pessoa com deficiência deve ser considerada como uma pessoa humana, um actor social, que dispõe dos mesmos direitos e deveres.

A pessoa com deficiência tem as suas aspirações, os seus projectos devendo a sociedade reconhecê-la como cidadã.

As actividades desenvolvidas no C.A.T. são:

- Funções de Limpeza ao domicílio;
- Cozinha;
- Copeiras;
- Lavandaria;
- Jardinagem.

(In [www.unapei.fr](http://www.unapei.fr))

- **Experiências nos Estados Unidos da América (E.U.A.)**

The Eden Handicap Service Centre (EHSC) – é uma instituição sem fins lucrativos Cristã. Foi criada em 1991, com a missão de dar às pessoas com deficiência dignidade para que sejam auto – suficientes na forma de reger a sua vida. A Instituição providencia treino para que as pessoas com deficiência apreendam aptidões básicas para que possam cuidar de si mesmas.

A Instituição tem-se mantido estes anos devido ao apoio da comunidade, igrejas, governo e filantropos.

A Eden tem como principal objectivo motor treinar as pessoas com deficiência para a integração na sociedade, treinando inicialmente competências para o trabalho. No momento desenvolvem com os utentes ateliês/workshops de reciclagem, arte e informática.

Nas pesquisas realizadas, fundamentalmente pela internet, é dado especial enfoque a terapias, com cavalos na maioria, e ao autismo, onde existem vários sites para a intervenção.

Também há um foco enorme na intervenção com crianças e jovens, sendo considerado fulcral intervir desde a infância para que a criança possa ter um desenvolvimento que se enquadre na sociedade.

Contudo seguem exemplos de respostas sociais, expostas no site da Segurança Social Americana ([www.ssa.gov/disability](http://www.ssa.gov/disability)), que dá resposta para a integração das pessoas com deficiência no mundo do trabalho:

- **American Association for the Advancement of Science (AAAS) Internship Program**

Associação que desenvolve programas de desenvolvimento da ciência, tecnologia, engenharia e matemática para estudantes com deficiência, para que possam ganhar competências e utilizar no mercado de trabalho.

- **DO-IT (Disabilities Opportunities Internetworking & Technology) Program**

Programa para incentivar a participação de pessoas com deficiência na mudança dos programas académicos e carreiras profissionais.

- **Department of Veterans Affairs Vocational Rehabilitation & Employment Service**

Informação sobre programas de reabilitação e emprego para as pessoas com deficiência.

- **Disability Mentoring Day**

Informação do Departamento de Trabalho para pessoas com deficiência – Política de Emprego dos Estados Unidos (U.S. Department of Labor's Office of Disability Employment Policy (ODEP)) no Dia da Pessoa com Deficiência, que acontece todos os anos em Outubro para promover o desenvolvimento de carreiras para estudantes com deficiência.

- **Encouraging Future Innovation: Youth Entrepreneurship Education**

Um Serviço que fornece informação sobre os benefícios do empreendedorismo e da educação para o empreendedorismo. Têm recursos de empreendedores que dão resposta também a pessoas com deficiência.

- **Entrepreneurship for Youth with Disabilities** – Start-Up USA

Informação de empreendedorismo para jovens com deficiência.

- **Going To Work: A Guide to Social Security Benefits & Employment for Young People with Disabilities**

Guia de recursos com ofertas de informação sobre segurança social para pessoas com deficiência e benefícios para a saúde.

- **High School/High Tech**

Dá oportunidade a estudantes com deficiência de seguir carreiras em ciência, matemática e tecnologia.

- **Job Accommodation Network (JAN)**

Serviço gratuito que facilita o emprego para pessoas com deficiência, assim como providencia onde vai viver, o auto-emprego e assuntos relacionados.

- **Job Corps**

È a maior e mais completa residencial de educação e de treino para o trabalho para jovens dos 16 aos 24 anos.

- **National Collaborative on Workforce & Disability for Youth (NCWD/Youth) Knowledge, Skills & Abilities Initiative**

Conhecimento, competências e habilidades (Knowledge, Skills & Abilities (KSA)), uma iniciativa que identifica as competências chave dirigindo as pessoas para oportunidades, recursos e serviços para poderem uma transição positiva para o mundo do trabalho.

- **National Collaborative on Workforce & Disability for Youth - Technical Assistance Tools**

Guias e documentos de design para implementar no campo do trabalho para pessoas com deficiência.

- **National Dissemination Center for Children with Disabilities (NICHCY) Transition Guides**

Informação para preparar jovens com deficiência que acabam o liceu e vão para o mundo do trabalho.

- **National Dissemination Center for Children with Disabilities (NICHCY) eNews: Employment**

Notícias electrónicas sobre recursos e informação relevantes para o tema do emprego.

- **Occupational Outlook Handbook 2008-09 Edition**

Fonte Nacional sobre informação profissional, designada para dar assistência nas decisões sobre o a vida de trabalho. Presta informação, treino e educação necessária para uma profissão. Além de informação para projectos e condições de trabalho.

- **Office of Disability Employment Policy (ODEP)/Youth**

Informação do Departamento do trabalho para empregar jovens com deficiência e ajudá-los na transição escola – trabalho.

- **Rehabilitation Services Administration (RSA)**

Serviço de reabilitação que apoia pessoas com deficiências físicas ou mentais a encontrar emprego e viver o mais independente possível. Providencia aconselhamento, serviços médicos e psicológicos, preparação para o trabalho e outros serviços individualizados.

Conclusões:

- Foi falado em deficiência mental e física, dentro do que é considerado deficiência do foro mental pode-se encontrar casos leves, moderados, profundos ou severos;

- Ensino refere-se à frequência do ensino regular por parte das pessoas com deficiência, onde fazem aprendizagens como ler, escrever, contar, etc.;

- O conceito de formação diz respeito aos processos que os jovens com deficiência realizam para se habilitarem a realizar uma função profissional (limpeza, jardinagem, secretariado, entre outros);
- O trabalho é o meio social que promove a inclusão social, assim como a realização pessoal das pessoas quando fazem o que gostam;
- Exclusão e estigma social são dois conceitos que se pretende que não sejam mais associados à pessoa com deficiência. Só assim se poderá falar em inclusão;
- As instituições que prestam apoio social devem tornar-se inovadoras, criando melhores respostas e intervindo cada vez mais de forma a resolver os problemas sociais a que se dedicam. Devem trabalhar para a sua sustentabilidade sendo empreendedoras e promovendo o empowerment nas pessoas que apoia.

## **Capítulo 4 – Necessidades e Potencialidades**

Neste breve capítulo a intenção é caracterizar o ponto de partida da associação em Manteigas, analisando as necessidades e potencialidades da região, da instituição e dos utentes.

### **a) Necessidades Sentidas**

As necessidades sentidas na AFACIDASE podem colocar-se em pontos distintos:

#### **- Deficiência**

- As entidades competentes (Câmaras, etc.) dão pouca importância a este tema, o público –alvo é uma minoria não importante para a decisão nas eleições;
- Por outro lado, as famílias são pouco informadas sobre o tema, não procuram nem aceitam as propostas de informação, sendo as visões mais correntes sobre os seus filhos, educandos ou familiares com deficiência: vergonha, sobreprotecção, utilidade para as actividades domésticas e agrícolas, e ainda abandono.
- É comum, pessoas com deficiência serem vistas ao abandono durante o dia não tendo refeições nem higiene cuidadas.

#### **- Instituição**

- É necessário criar mais repostas sendo adaptadas às necessidades de todos, neste momento, a AFACIDASE tem vários ateliês, sendo maior parte ocupacional, necessita desenvolver um de reabilitação motora e mental, de relaxamento e mais um ateliê produtivo.
- O quadro técnico e auxiliar apesar de ter vindo a aumentar e a ficar mais qualificado ainda está muito aquém do desejável.
- Os recursos financeiros da instituição são escassos;
- O edifício cedido pelo instituto São Miguel é grande e necessita de ser reabilitado na íntegra. Algumas obras já foram feitas, no entanto, ainda falta um investimento de cerca de 300.000.00 euros.

- Utentes

- São maioritariamente adultos dependentes das famílias e das prestações da segurança social, não é possível inseri-los no mercado de trabalho normal devido às suas deficiências que estão qualificadas com mais de 60% de incapacidade além de um humor e comportamento instável;
- As famílias são na maioria já idosas.
- Estes estão também com idades acima dos 30 anos.

- Manteigas

- Taxa elevada de desemprego;
- A localização de Manteigas limita o acesso ao concelho, fica a 50 km das duas cidades mais próximas (Guarda e Covilhã);

**b) Potencialidades para a Intervenção**

Nos aspectos apresentados, têm capacidade de ser mobilizados os seguintes recursos:

- Deficiência

- Programas comunitários de candidatura para aumentar e qualificar as respostas a este grupo (MASES, POPH, PRODER).

- Instituição

- Espaço físico para criar novas respostas.

- Utentes

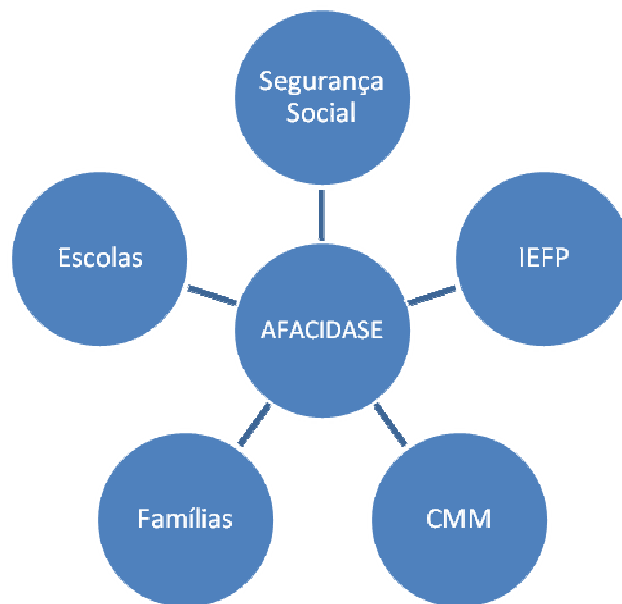
- Trabalhadores e apreendem facilmente as funções a desenvolver dentro da instituição;
- Autónomos nas actividades diárias;
- Mostram grande interesse no ateliê de doçaria, trabalhando de maneira a ser possível dar resposta às encomendas.

- Manteigas

- Apoio da Comunidade.
- Parcerias de cooperação.

### c) Identificação do Sistema de Acção

A figura demonstra as interacções da AFACIDASE:



**Figura 1**

**AFACIDASE:** a instituição encontra-se no centro do sistema de acção porque é o caso de estudo para este projecto é nela que estão inseridas as pessoas com deficiência e de onde parte a intervenção.

**Segurança Social:** coordena e fiscaliza as instituições de apoio à deficiência assim como, distribui pelas famílias pensões que lhes permitam procurar melhores respostas para os seus educandos com deficiência. Todas as alterações e intervenção que são feitas na instituição devem ser autorizadas pelo Instituto de Segurança Social, pelo que uma Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS), não pode separar-se do mesmo.

**Famílias:** são os elementos decisores de todo o sistema de acção, pois são estes que têm a última palavra, seja para a intervenção de reabilitação, seja para a formação ou entrada no mercado de trabalho.

**Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP):** esta estrutura é aquela que toma a tutela de programas de emprego, inclusivamente de pessoas com deficiência, apoiando projectos que permitam aumentar o número de pessoas com deficiência no mercado de trabalho.

**Câmara Municipal de Manteigas:** esta entidade entra no sistema de acção, como representante da comunidade Manteiguense.

**Agrupamento de Escolas:** as escolas são um elemento importantíssimo neste sistema de acção. Muito se tem feito para que as crianças com deficiência sejam inseridas em escolas regulares, mas é necessário que as escolas cada vez mais se preparem e que interajam com as instituições de apoio a crianças com necessidades educativas especiais para que se tornem adultos autónomos e com alta probabilidade de serem empregados.

#### d) Análise SWOT

Com base em tudo o que foi anteriormente dito, e pela observação e reflexão teórica. Pode ser construído o seguinte quadro:

Forças	Fraquezas
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Utentes</b> Ligação positiva à AFACIDASE</li> <li>• <b>Instituição</b> Possui equipamento para o ateliê de doçaria; As instalações permitem investimento em mais respostas.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Utentes</b> Exclusão das pessoas com deficiência das actividades comunitárias</li> <li>• <b>Famílias</b> Famílias pouco cooperantes</li> <li>• <b>Instituição</b> Poucos recursos financeiros na instituição; Instalação do sistema de Segurança</li> </ul>

	não adequado.
<b>Oportunidades</b>	<b>Ameaças</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Instituição</b> Aumento dos postos de venda dos produtos do ateliê de doçaria; Aquisição de equipamento pelo programa MASES; Apoio dos programas do IEFPP para empregar pessoas com deficiência; Aumento de parcerias com a comunidade.</li> </ul>	Não Subida do acordo pela segurança social; A decisão das famílias.

### e) Prioridades de Intervenção

O problema central detectado no contexto da AFACIDASE foi a falta de autonomia social e financeira a que as pessoas com deficiência estão consignadas. No entanto, nenhum problema está só. A exclusão da pessoa com deficiência põe-se no campo social, de trabalho, escolar e familiar. Para resolver esse problema é necessário intervir de uma forma que afecte estes quatro elementos. Que faça com que a comunidade encare a deficiência com maior naturalidade e aceitação, que nas escolas estes alunos tenham cada vez mais um ensino direccionado para as suas competências e que as famílias destes jovens estejam cada vez mais preparadas e informadas.

Tendo as condicionantes apresentadas em conta, realizou-se uma grelha de prioridades (Guerra, 2002), que definisse o problema que deve ser trabalhado.

Problema	Dimensão	Sensibilidade Nacional	Sensibilidade AFACIDASE	Sensibilidade Utentes	Total
1 - Falta de Autonomia Financeira e social das pessoas com deficiência	4	3	5	5	17
2 - Falta de Informação das	4	2	4	2	12

Famílias					
3 - Qualificação das Respostas Sociais	1	4	5	1	11

**Tabela 8**

Sem dúvida que a falta de informação das famílias quanto às potencialidades e verdadeiras necessidades das pessoas com deficiência e a falta de qualificação das instituições que trabalham com esse público, são causas da falta de autonomia da pessoa com deficiência.

No primeiro caso, porque as famílias escondem os casos de deficiência, e as instituições, apesar das mudanças que se têm feito sentir, são ainda assistencialistas, não fortalecem as competências dos seus utentes, nem os inserem nas actividades comunitárias.

Para priorizar os problemas de intervenção, foi necessário avalia-los pela sua dimensão, o número de pessoas que sofrem com o problema, e a sensibilidade nas políticas públicas, da AFACIDASE e dos utentes para o problema em questão.

Assim, quanto à dimensão o problema 1 e 2 têm o mesmo valor, porque o número de famílias que existem sem informação para prestar melhor apoio aos seus filhos, é também aquela que fomenta a falta de autonomia dos seus filhos. Quanto à falta de qualificação das respostas sociais de apoio a pessoas com deficiência, este tem uma dimensão menor, em primeiro lugar porque a taxa de cobertura das instituições de apoio a estas pessoas é baixa, 5,6% a nível nacional (Carta Social 2007), e só nestes últimos anos têm sido criados programas de apoio a essas instituições.

Actualmente existe sensibilidade nacional para os três problemas apresentados, sendo a qualificação das instituições o que mais preocupa as entidades governantes e a comunidade em geral. Pessoas anónimas e preocupadas criam no seu meio instituições de apoio a idosos, pessoas com deficiência, crianças entre outras respostas, tomando para si a responsabilidade de cuidar dos mais desfavorecidos, cabe ao Governo prestar apoio pecuniário mensal pelo número de utentes que as instituições têm, assim como, fiscalizar as respostas e fazer com que estas prestem serviços adequados às necessidades de quem as utiliza.

Para as entidades governantes é importante que as instituições melhorem para que possam responder eficazmente às pessoas que a elas recorrem.

A comunidade, no caso específico das instituições para pessoas com deficiência, pretende que estas respondam cada vez mais a todas as etapas da deficiência de forma a desresponsabilizar as entidades da comunidade que devem promover a sua integração, como as escolas, empresas, associações recreativas, etc.

Por sua vez, a AFACIDASE quer melhorar as suas respostas sociais e ao mesmo tempo informar as famílias, trabalhar mais perto delas para que em casa se possa continuar o trabalho iniciado na instituição.

Contudo a forma mais eficaz de responder às necessidades dos jovens que estão na AFACIDASE é dota-los de meios para subsistirem e poderem decidir o apoio de que necessitam. Isto é, criar um emprego em que lhe seja dado apoio psicológico e emocional, ao mesmo tempo que eles têm os seus rendimentos podendo seleccionar e usufruir dos serviços que necessitam.

A AFACIDASE quer tornar-se uma instituição exemplo, aumentando as suas respostas, sendo estas dadas com qualidade e profissionalismo, contudo o objectivo pelo qual se rege é contribuir para que as pessoas com deficiência do concelho de Manteigas e zonas limítrofes sejam apoiadas seja pela AFACIDASE ou outras instituições que se coadunem com as pretensões dos utentes.

Para os utentes, por sua vez, o problema para o qual estão mais sensíveis é o da sua falta de autonomia, eles sentem que podem decidir, no entanto, nunca lhes foi dada a oportunidade de aprender a gerir o seu tempo, vontades e dinheiro.

A vontade que os utentes da AFACIDASE mais expressam é a de poder um dia vir a ter o seu ordenado. A instituição, de alguma forma, tenta incentivar a formação dos mesmos para poderem integrar na equipa de uma fábrica de água, empresa de confecções, etc. No entanto, a abertura em Manteigas para esse cenário é pouca, e os jovens não querem abandonar a instituição para ir trabalhar para uma empresa, devido aos laços afectivos que desenvolveram com a instituição nestes últimos oito anos.

### **f) Hipóteses de Intervenção**

Se as pessoas com deficiência tiverem um emprego que os satisfaça e acompanhamento específico, será possível aumentar a sua qualidade de vida e autonomia.

Se cada vez mais pessoas com deficiência estiverem integradas nas escolas, instituições e trabalho mais aceitação terão por parte da família e esta mais informada será.

Se as instituições se tornarem cada vez mais capazes de responder às necessidades das pessoas com deficiência, haverá uma maior aceitação das pessoas com deficiência, assim como a melhoria da sua qualidade de vida.

## Capítulo 5 – Projecto Intervenção PRO

### **a) Designação do Projecto**

O projecto aqui exposto tem como denominação Intervenção PRO, porque pretende que seja uma resposta social para as pessoas com deficiência diferente dos centros de actividades ocupacionais comuns.

### **b) Fundamentação**

Esta ideia de projecto nasce de uma experiência no terreno que suscita várias questões. A primeira delas é: como fazer frente às despesas necessárias para manter a instituição tendo apenas o apoio da Segurança Social e o pagamento de quotas de alguns sócios? E a segunda: será que a resposta certa para as pessoas com deficiência é dar-lhes alguma formação e tentá-los inserir no mercado normal de trabalho?

São questões que surgem no dia - a - dia de trabalho com pessoas com deficiência, e que têm merecido a atenção da aluna.

Notou-se que os jovens que vinham de cursos de formação e que eram integrados como estagiários ou trabalhadores na instituição, não vinham preparados para realizar as tarefas em que tinham recebido formação. Infelizmente, a aprendizagem que fizeram não era do seu agrado, apenas o fizeram para ter alguma actividade.

Através dos exemplos nacionais e internacionais referidos neste documento podemos verificar que o objectivo máximo das instituições de apoio a pessoas com deficiência é sempre integrar as pessoas com deficiência no mercado de trabalho comum. No entanto, nem todas as deficiências são consideradas aptas para o emprego, e por outro lado, como se vê no caso dos Estados Unidos da América, a preparação para o emprego tem de ser feita desde criança para que possa desde cedo treinar as suas competências tendo apoio médico e psicológico que possibilite esse facto (serviço prestado aos mais favorecidos, devido às políticas sociais Americanas).

Em Portugal, os jovens com deficiência ainda não estão bem inseridos nas escolas, não há ainda programas adequados, a formação para pessoas com deficiência tem em vista conseguir o número de pessoas para constituir uma turma e não as competências, as actividades ocupacionais e lares

residenciais são vistos como respostas de última instância para quando os pais faltam ou precisam de algum tempo para as suas actividades.

Não existe por isso continuidade, ou desenvolvimento de um projecto de vida individual para cada pessoa com deficiência.

Sendo assim, existem nesta instituição interesses que se unem, por um lado a instituição para sobreviver tem de tornar os seus ateliês educativos rentáveis e os jovens que neles trabalham têm de desenvolver a sua actividade de forma lúdica, mas sempre com o intuito de os tornar trabalhadores da instituição. Pretende-se que o dinheiro angariado com a venda de bolos, permita o investimento para serem criadas as respostas de intervenção precoce, e de ensino especial, para continuar com o Centro de Actividades Ocupacionais, emprego protegido, lar residencial de apoio a deficiências graves e unidades de vida autónoma.

Ambiciona-se, com um projecto de empreendedorismo social, que seja possível responder às necessidades, sustentabilidade da resposta social completa para pessoas com deficiência e por outro lado, dar meios financeiros e de bem-estar emocional para que a pessoa com deficiência tenha uma vida independente, podendo pagar os serviços de que necessita.

Este tipo de projecto, como todos os de cariz empreendedor, implica o princípio de reciprocidade, a criação de emprego para os utentes da AFACIDASE e a sustentabilidade da instituição formam um interesse comum para utentes, funcionários e direcção da instituição. É um projecto que pretende utilizar o capital social da instituição para poder difundir os produtos que vende, mas principalmente para que as instituições congéneres possam também elas tornar-se sustentáveis através do empreendedorismo social.

Também se pretende que a instituição fique independente do poder estatal. Todo este projecto tem o objectivo máximo de melhorar a sociedade em que vivemos.

### **c) População Alvo**

A População –alvo deste projecto são todos os utentes que mostrem especial interesse nas actividades do ateliê de doçaria. Neste primeiro momento, tentar-se-á inserir dois rapazes e três raparigas, com idades

compreendidas entre os 23 e 42 anos. Três dos quais têm atraso global de desenvolvimento; um com Trissomia XXI e o último caso um problema de visão aliado a crises de epilepsia algo frequentes (uma por dia, ou dia sim dia não). Para o último caso trata-se de uma passagem pelo ateliê de forma a ganhar algum dinheiro com vista a ajudar nas despesas familiares e poupar para poder frequentar no ano de 2009/2010 ou no seguinte o ensino universitário.

#### **d) Metodologia a Utilizar**

##### **Metodologia Psicossocial:**

Em aspectos gerais esta é uma dinâmica entre o assistente social e o utente, utilizada para o tratamento social, analisando-se a pessoa, o problema que a afecta e como pode ser ajudado a resolvê-lo, mediante os seus próprios recursos e os da comunidade.

Entende-se, por caso social a ligação de factores internos ou subjectivos, e externos ou ambientais. Cada caso é interpessoal com características internas e externas específicas.

Um dos instrumentos deste método é a utilização de recursos da comunidade. Como afirmou Balbina Ottoni Vieira (1993) “Nenhuma obra ou instituição social pode atender a todas as dificuldades dos moradores de uma comunidade, cada uma deve ter uma finalidade definida dentro do seu campo de acção e dos seus recursos financeiros e de pessoal.”

Para este projecto esta metodologia será aplicada em forma de entrevista informal aos utentes da instituição para se aferir a sua vontade, as suas expectativas para o futuro, e qual o nível de interesse no ateliê de doçaria.

##### **Investigação – Acção:**

John Dewey na década de 40 lança a definição de investigação - acção como sendo a transformação controlada ou directa de uma situação determinada, nas suas distinções e relações constitutivas, a ponto de converter os elementos da situação originária num todo unificado. (Baptista, 2006).

A investigação – acção surge da necessidade de construir um caminho científico para a investigação da sua acção no processo de intervenção.

Tendo em conta tudo o que foi dito anteriormente a investigação – acção trata-se de identificar os conceitos que têm valor para a prática, provar na prática esses conceitos e realizar provas sistemáticas e rigorosas.

Implementada em todas as fases do processo, para a realização deste projecto.

### **Metodologia Sistémica**

Um sistema é um conjunto de objectos onde existe um relacionamento entre os objectos e os seus respectivos atributos. Neste modelo o processo genérico não focaliza determinado sistema, mas procura estabelecer um modelo capaz de descrever vários níveis em separado ou todos em conjunto. Por exemplo, um modelo que se aplica a indivíduos, a grupos, a comunidades, a instituições, considerados separadamente, mas que também se pode aplicar a todos. (Rodrigues, 2004)

Todo o ser humano está inserido num sistema de relações, no caso deste projecto cada utente traz consigo vários grupos importantes para a prossecução do projecto, sendo a família, um clube, escola, etc.

### **Metodologia Participativa**

Transformação social implica em co-participação de diferentes actores sociais envolvidos no processo, actuando como protagonistas em um propósito de construção social.

Nesta perspectiva é preciso sensibilizar as pessoas para a compreensão de que há uma lógica possível dentro de uma economia global solidária.

É necessário juntar algumas pessoas que através de pequenos empreendimentos, tornando viáveis as actividades, gerando postos de trabalho e salário, possibilitando a cidadania a estes grupos.

A participação deve ser concebida como um acto interactivo entre os diversos actores sociais, na perspectiva de conhecer o contexto no qual se

encontram inseridos, as situações que precisam de intervenção e as alternativas para superar os problemas. (Andrade et al (S/D))

A intervenção deve assentar numa participação contínua, constante e o mais abrangente possível de todos os *stakeholders*. Procura-se a participação e envolvimento de todos os parceiros.

Assim Isabel Guerra (2002) refere que a metodologia participativa é uma “Variedade de métodos e técnicas caracterizada pela prevalência de abordagens e procedimentos que envolvem, activamente, os actores sociais implicados num determinado contexto, processo ou evento. Neste tipo de metodologias valoriza-se, sobretudo, a participação dos actores, o envolvimento dos participantes e a interacção e o confronto de perspectivas”.

#### e) Parcerias

Rede Europeia Anti – Pobreza (REAPN) – Divulgação dos produtos<sup>1</sup>

Escola de Hotelaria: Estágios e formação

Escola C + S de Manteigas: Realizar Plano Individual de Transição (PIT) das crianças no ateliê

Segurança Social: Autorização para a produção de bolos<sup>2</sup>.

---

<sup>1</sup> Anexo 1: Divulgação REAPN

<sup>2</sup> Anexo 2: Carta ao Director Distrital de Segurança Social.

## f) Plano de Acção

Fases	Objectivo Geral	Objectivos Específicos	Acções	Cronograma	Recursos			Parceiros
					Humanos	Financeiros	Materiais	
1º	Criar uma resposta social integradora da pessoa com deficiência que permita ao mesmo tempo a sustentabilidade da Instituição.	Organizar o Ateliê de Doçaria de forma a torná-lo um espaço de formação e trabalho para os utentes.	Autorização Segurança Social	Out. 2008 Ago. 2009	Assistente Social (A.S) Directora de Serviços (D.S)	2.11€	Computador Impressora	
			Novo forno	Set. 2008	A.S D.S	1.738.00€	Computador Impressora	IEFP
			Novos Rótulos <sup>3</sup>	Out. 2008	A.S	146€	Tipografia	
			Organização do Horário de Trabalho	Out. 2008	A.S. D.S.		Computador Impressora	
			Aumento dos postos de Venda	Set. 2008 2009	A.S D.S		Carrinha	REAPN
			Arranjar arca frigorífica		Serviços Administrativos	106€		
			Introdução do HAACP <sup>4</sup>	Mai. 2009	D.S	50 x 12 meses		
			Redução de Despesas	Jul. 2009	A.S D.S		Carrinha	Prof. Bernardo Santos
			Elaboração de Fichas Técnicas e de Lucro <sup>5</sup>	Jul.2009	A.S D.S		Computador Impressora	Prof. Bernardo Santos
			Aumento dos Preços	Jul.2008 Ago. 2009	Direcção			
			Aquisição do restante material para a Cozinha e refeitório.	Ago. 2009	Direcção A.S D.S	20.000.00		MASES – Seg. Social
Fiscalização ASAE	Set. 2009	A.S D.S						

<sup>3</sup> Anexo 3: Novos Rótulos<sup>4</sup> Anexo 4: Plano HACCP.<sup>5</sup> Anexo 5: Fichas Técnicas e de Lucro.

Fases	Objectivo Geral	Objectivos Específicos	Acções	Cronograma	Recursos			Parceiros
					Humanos	Financeiros	Materiais	
2º	Criar uma resposta social integradora da pessoa com deficiência que permita ao mesmo tempo a sustentabilidade da Instituição.	Criar retribuições monetárias pelo trabalho dos utentes, assim como criar mais respostas e melhorar o CAO.	% para os Utentes	2010	A.S D.S	80 x 5	Equipament o da Cozinha	REAPN SONAE
			Aumentar os postos de Venda	2010	A.S D.S		Carrinha	

Fases	Objectivo Geral	Objectivos Específicos	Acções	Cronograma	Recursos			Parceiros
					Humanos	Financeiros	Materiais	
3º	Criar uma resposta social integradora da pessoa com deficiência que permita ao mesmo tempo a sustentabilidade da Instituição.	Criar até 4 postos de trabalho para pessoas com deficiência e continuar a desenvolver o ateliê.	Contratos de emprego protegido	2011	A.S D.S	450 x 4		IEFP
			Compra de Viatura para entrega dos bolos	2011	Direcção A.S D.S	15.000.00		Instituto de Segurança Social
			Aumento dos postos de Venda	2011	A.S D.S			

## g) Plano de Negócio

### 1- Caracterização do Promotor

Dados de Identificação

Nome: AFACIDASE – Associação de Familiares e Amigos do Cidadão com Dificuldades de Adaptação da Serra da Estrela

Sede: Bairro de São Domingos

6260 – 022 Manteigas

Estrutura Jurídica: IPSS

Actividade: - Centro de Actividades Ocupacionais

### Referências Externas

- Instituto de Emprego e Formação Profissional;
- Instituto de Segurança Social;
- Programas Comunitários;
- Fundos Próprios;
- Caixa Geral de Depósitos.

## 2 – Caracterização da actividade do promotor

### 2.1 – Enquadramento geográfico e Sócio – Económico

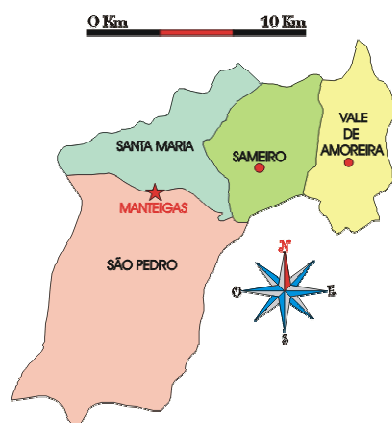


Figura 2

Manteigas é um concelho constituído por 4 freguesias, encontra-se situado em pleno Vale da Serra da Estrela.

Distancia-se 50km das principais cidades próximas, Guarda e Covilhã.

As principais actividades económicas desenvolvidas em Manteigas, são a Agricultura, pecuária, extracção e preparação de madeira, serralharia e construção civil e têxteis. (In [www.cm-manteigas.pt](http://www.cm-manteigas.pt))

## 2.2- Análise do Mercado e política comercial

### *Caracterização do sector de actividade*

Trata-se da confecção de bolos, doces e rebuçados regionais, mantendo o sabor e a maneira de fazer tradicional. Ao mesmo tempo emprega pessoas com deficiência que dominam as funções inerentes a esta actividade, como por exemplo, preparação dos produtos, lavagem de loiça, empacotamento e etiquetagem dos bolos e doces.

### *Caracterização do Mercado*

	Vendas (€)
2006	12.110.79
2007	17.183.83
2008	24.820.29
2009	38.236.92

### Estratégia e Política Comercial

- Qualidade
- Bem – estar
- Inovação
- Inclusão

### Fornecedores

- **Equipamentos**

Gonçalves e Gonçalves

Ramalhos

- **Matéria – Prima**

Jopama

Recheio

Lidl

- **Limpeza**

Móvelquímica

Papeliquidos

- **HACCP**

Lusocristal

- **Medicina e Higiene no Trabalho**

K-Med

### **Análise da Situação interna da Empresa**

A instituição divide-se em três campos de organização: Serviços técnicos que conta com três técnicas, uma assistente social, uma técnica de reabilitação e ensino especial que acumula funções de directora de serviços e uma animadora sócio - cultural, estas estão responsáveis pelos ateliês com os utentes.

Um outro dos serviços administrativos, onde se realiza a organização da correspondência, contabilidade, recursos humanos e organização da documentação.

E o ateliê de doçaria que é externo a todos os outros onde está um monitor com dois utentes diariamente.

### **Organização da Gestão**

- Direcção da instituição
- Direcção de Serviços
- Serviços Administrativos
- Secção de Produção
- Contabilidade (Externa)

## Principais Produtos e Serviços Prestados

Produtos	Tabela de Preços
Bolos (Dúzia)	2.50€
Queijadas	3.00€
Rebuçados (250gr.)	2.00€
Bola das Rosas	11.00€
Doces (Gra.)	3.50€
Doces (Peq.)	2.50€

**Nota:** Os preços apresentados são os actualizados desde Setembro de 2009.

## Caracterização das Instalações

Janeiro 2009



Setembro 2009



Despensa



Zona de Confeção de Bolos



Zona de Embalamento

## Sistema de Informação

Utilização de um software de gestão de clientes que permita otimizar os serviços. Na página de cliente estão as guias de remessa, os contactos, as datas de entrega de encomendas, os pagamentos entre outras informações que se venham a verificar importantes.

## Recursos Humanos

- Monitor
- Administrativa
- Dois utentes por dia

## Análise SWOT

Área	Pontos Fortes	Pontos Fracos
Serviços	Contabilidade Organizada (TOC)	Falta de apoio logístico
Instalações	Cozinha Equipada	
Recursos Humanos	Monitora com muito talento para a confecção de bolos e doces.	Pouco brio nas funções desempenhadas; Falta de Empreendedorismo.
Financeira		Sem economia de Risco
Marketing/Vendas	Apoio a pessoas com deficiência; Qualidade dos Produtos.	Falta de transportes para poder competir.

## **Caracterização do Investimento**

O investimento para a primeira fase do projecto é de cerca de 100.000€ que já estão praticamente salvaguardados, com apoios do IEFP, do MASES, Instituto de Segurança Social e Município de Manteigas.

“É facto que muitas pessoas portadoras de deficiência não estão qualificadas profissionalmente para exercer tarefas profissionais específicas, até porque não têm escolaridade formal, não passaram por nenhum programa de educação profissional, nunca trabalharam. Todavia, também é facto que elas precisam trabalhar para terem independência económica e, portanto, melhor qualidade de vida. “ (Ribas, 2000).

A AFACIDASE começou a desenvolver a actividade de hotelaria, como actividade esporádica e a título voluntário para que várias pessoas ao adquirir um saco de bolos estivessem a ajudar a instituição. No entanto, as encomendas começaram a ser cada vez maiores, os bolos passaram a ser vendidos no clube de compras (cadeia de supermercados), que é o maior vendedor.

Os jovens começaram a mostrar grande interesse pelo trabalho desenvolvido na cozinha, sendo a doçaria a imagem de marca da AFACIDASE. Para se atingir o objectivo final, que é o de os jovens receberem o seu salário e a instituição promover a sua qualidade de vida, é impossível terminá-lo completamente em um ano. Dessa forma, o projecto foi dividido em três fases, a primeira vai de Setembro de 2008 a Setembro de 2009, onde se pretende que seja dada a autorização pelo Director do Instituto de Segurança social da Guarda, para venda dos bolos, a aquisição de um forno pasteleiro adequado aos produtos que são feitos e quantidades que agora são pedidas.

Também investir numa nova imagem para os produtos, por um lado rótulos mais apelativos e que chamem a atenção para o produto e que o gasto com a impressão de rótulos seja cada vez menor.

Aumentar os postos de venda para fora de Manteigas, arranjar uma arca frigorífica de grandes dimensões que foi deixada no edifício pelos antigos proprietários, Instituto de São Miguel da Guarda, cujo valor do arranjo será de 106.00€, assim como introduzir o programa HAACP, que terá um custo de 50.00€ mês.

Para que os serviços sejam prestados com a melhor qualidade mas conseguindo o maior lucro para o investimento neste projecto haverá uma redução de despesas nas matérias-primas para os bolos. Até ao momento têm sido utilizados os fornecedores mais caros do mercado, será feita uma pesquisa mais atenta para reduzir as despesas.

Por outro lado, já não se pretende que a confecção de bolos e doces seja uma actividade meramente ocupacional mas sim lucrativa, de investimento e sustentabilidade da instituição, dessa forma serão feitas fichas técnicas de cada qualidade de bolos com vista a aferir os custos de cada um, e dessa forma poder-se aumentar o preço para um que seja justo tanto para a instituição que os faz como para os compradores.

Com a aquisição do restante equipamento em falta para a cozinha, cerca de 20.000.00€, esta ficará em condições de ser fiscalizada pela entidade competente. Com esta fiscalização termina a primeira fase do projecto.

A segunda fase, consiste em começar a pagar uma percentagem dos lucros aos utentes que trabalham no ateliê que será de 20€ por dia e aumentar os postos de venda.

A terceira fase terá como fundamento elaborar contractos de emprego protegido, compra de uma viatura de distribuição de cerca de 15.000.00€ e continuação no aumento dos postos de venda.

### **Justificação das opções de investimento**

A instituição optou por investir inicialmente na cozinha para que se possa aumentar a venda de bolos de forma a investir noutros ateliês de relaxamento e reabilitação.

### **Adaptação das Instalações**

Foram feitas obras de adaptação a todo o edifício através de fundos da instituição, onde se alargou a zona de Cozinha, embalamento de bolos e refeitório para que as diferentes actividades realizadas tivessem o seu espaço próprio cumprido as normas.

### **Equipamento Básico**

- 2 Insectocutor
- 1 Armário frigorífico duplo de conservação
- 1 Armário frigorífico duplo de congelação
- 2 Mesas de lavagem 980x600
- 3 Placas de corte 250x400x20mm
- Armário Mural 1400mm
- Lava mãos 400x400mm
- Balde de detritos com pedal
- Mesa armário 1200x600mm
- Esterilizador de facas
- Amassadeira de espiral cuba fixa
- Triturador/batedor
- Apanha fumo lateral 1000x1000mm
- Forno Pasteleiro 2 terminais de cozedura (16cm, 31cm)
- Abatedor de temperatura
- 2 Mesa de apoio 800x600mm
- 2 Armário Mural
- 3 Bancadas de Apoio 1400x500mm
- Prateleira perfurada 1000x600mm
- Máquina de Lavar Louça
- 2 Armário louceiro

### **Equipamento Administrativo**

- Secretária;
- Cadeira
- Computador
- Detector de incêndios;
- Aquecimento.

### **Organização e Gestão Informática**

- Computador;
- Impressora;

- Software.

## Comercial e Marketing

- Rótulos
- Grelha de potenciais Clientes
- Apresentação dos Produtos
- Catálogo

## h) Plano de Avaliação

Objectivos Específicos	Indicadores		Instrumentos	Actores Envolvidos
	Quantitativos	Qualitativos		
Organizar o ateliê de doçaria de forma a torná-lo um espaço de formação e trabalho para os utentes.	Actividades Realizadas/ Actividades Propostas	Sucesso das Actividades	Observação, registo.	Directora Técnica e Assistente Social
Criar Retribuições monetárias pelo trabalho dos utentes assim como, criar mais respostas e melhorar o CAO.	Actividades Realizadas/ Actividades Propostas	Sucesso das Actividades	Observação, registo.	Directora Técnica e Assistente Social
Criar até 4 postos de trabalho para pessoas com deficiência e continuar a desenvolver o ateliê.	Actividades Realizadas/ Actividades Propostas	Sucesso das Actividades	Observação, registo.	Directora Técnica e Assistente Social

## Capítulo 6 – Avaliação

### a) Metodologia de avaliação

O plano de avaliação que se apresenta para este projecto estrutura-se em função do desenho de projecto acompanhado de mecanismos de autocontrolo que permitem ir conhecendo os resultados e os efeitos da intervenção. (Guerra, 2002). Sendo a avaliação um processo que permite reflectir sobre uma dinâmica de planeamento e de intervenção através de um conjunto de critérios de sucessos e definição de formas de verificação.

Com base nisto, a avaliação será participativa na medida em que pretende que os actores do sistema de acção verifiquem o grau de coincidência ou não dos resultados face aos objectivos propostos no projecto.

Assim será também possível verificar e adaptar as estratégias aos resultados que vão sendo atingidos e principalmente às dinâmicas que vão sendo criadas para alcançar os objectivos propostos.

Toda a avaliação basear-se-á na análise intensiva de carácter qualitativo, isto é, num exame da amplitude e da profundidade dos grupos e da população mais restrita, combinando várias técnicas para realizar uma análise sobretudo qualitativa.

O quadro seguinte tem em vista a avaliação de todas as fases do projecto, no entanto, aqui só se irá avaliar a primeira fase do mesmo, pois apenas essa está acabada.

Fica, no entanto, explícito no seguinte quadro o modelo de avaliação que se pretende avaliar em todo o processo.

<b>Estratégia Metodológica de Avaliação</b>	Análise intensiva de carácter qualitativo
<b>Modelo de Avaliação</b>	- Avaliação por objectivos - Avaliação experimental
<b>Organização da Avaliação</b>	-Auto – avaliação -Avaliação interna (AFACIDASE) -Avaliação externa (Segurança Social, Direcção AFACIDASE)
<b>Temporalidade</b>	- Ex - ante (diagnóstico)

	<ul style="list-style-type: none"> <li>- On – Going</li> <li>- Ex – Post</li> </ul>
<b>Critérios</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Verificação da Pertinência</li> <li>- Apreciação da adequabilidade</li> <li>- Apreciação da Eficiência</li> <li>- Apreciação do Impacto.</li> </ul>
<b>Actores</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- AFACIDASE;</li> <li>- Corpos Sociais da AFACIDASE;</li> <li>- Utentes;</li> <li>- Delegação do Instituto de Segurança Social da Guarda;</li> <li>- Parceiros.</li> </ul>

Tabela 9

### b) Avaliação On – Going (1ª Fase)

Actualmente, todas as actividades estabelecidas para a primeira fase do projecto se encontram realizadas.

O pedido de autorização ao director da segurança social da Guarda foi pedido já por duas vezes, mas ainda não obtivemos resposta. Ao questionar os serviços foi-nos dito que se encontra ainda em avaliação pelas entidades competentes.

O novo forno foi adquirido no mês de Setembro de 2008, com verbas da instituição, no entanto, o IEFP através de pedido para este projecto financiou todos os custos com o mesmo.

Os rótulos foram alterados, verificando-se uma imagem mais apelativa e cuidada dos produtos, além de uma enorme redução dos custos com impressão e papel autocolante.

As actividades de arranjo da arca frigorífica, introdução do HAACP e redução de despesas foram realizadas no tempo definido no plano de acção e começaram desde logo a mostrar efeitos, a arca começou a ser utilizada para armazenar o doce sendo possível fazer mais quantidades de uma só vez, a introdução do programa veio aumentar a qualidade dos bolos.

Com o aumento do volume de negócio foi necessário realizar fichas técnicas e de lucro dos bolos e foi aferido que os preços praticados pela AFACIDASE eram demasiado baixos, sendo uma necessidade emergente o aumento dos mesmos, de 2.00€ a dúzia para 2.50€, o que aconteceu em Setembro de 2009.

A aquisição do restante material para a cozinha está terminada, como é possível conferir nas fotografias anteriores.

No que se refere ao aumento dos postos de venda, em Outubro de 2008 os bolos eram vendidos para uma cadeia de supermercados com três lojas na região. Actualmente os bolos são vendidos em cerca de 10 locais diferentes, alargando para os concelhos de Belmonte e Sabugal.

### c) Repercussões da intervenção no Sistema de Acção

**AFACIDASE** – A instituição com o projecto beneficia, no sentido, em que ficam com um diagnóstico actualizado das necessidades internas. Este desembocou num projecto que corresponde a duas necessidades promover a autonomia de quatro pessoas com deficiência, a nível financeiro e social. A instituição criou outra resposta para os seus utentes e talhou o caminho para a sua sustentabilidade.

**Segurança Social** – esta é a entidade governamental que fiscaliza, financia e promove as instituições de solidariedade social e as respostas sociais que estas dão. No entanto, a nível mundial a crise financeira altera por completo o mercado de emprego e conseqüentemente a sua subsistência dos financiamentos da segurança social, assim, tanto a segurança social como as restantes entidades governamentais têm feito pressão para que as várias instituições criem os fundos necessários para a sua subsistência, sendo visível a evolução que se tem manifestado no 3º sector (economia social).

O projecto Intervenção PRO promove uma melhor resposta institucional, objectivo do ministério do trabalho e segurança social, assim como, há um esforço para que o resultado do ateliê de doçaria possa sustentar os ordenados e as despesas nas respostas sociais.

**Família** – Para um pai/mãe de uma criança/adulto com deficiência chega um momento em que se deparam com várias situações distintas:

- 1 – Envelhecimento (medo de deixar o filho);
- 2 – Receio de não ver o filho evoluir;
- 3- É necessário gastar mais dinheiro com tratamento e terapias, enquanto os rendimentos familiares vão diminuindo de salário para reforma.

Com este projecto estas três visões suspendem-se, porque por um lado estão a tratar-se formas para a criação de lar residencial e unidades de vida autónoma, assim se a família chegar a um momento que não possa cuidar do jovem este tem resposta. Por outro lado, o facto de o fazerem passar o dia numa instituição faz com que tenham várias competências e que tenha todos os dias novas situações para contar em casa, sendo que as famílias valorizam muito mais os momentos que passam com eles do que se estivessem todo o dia com o filho, sem dificuldade em dar-lhe um leque alargado de actividades. Por último, o jovem passa a ter o seu próprio dinheiro para os seus gastos.

**Agrupamento de escolas:** os agrupamentos de escolas neste momento têm de preparar-se para que o ensino especial seja cada vez mais adequado para as crianças com necessidades especiais se tornarem adultos autónomos. Nesse sentido, a Ministra da Educação decidiu para o ano 2008/2009 que essas crianças a partir do 7º ano de escolaridade devem desenvolver um Plano Individual de Transição (PIT). Este começará a ser feito na AFACIDASE no ateliê de doçaria, assim como, o apoio à escola através de uma unidade multideficiência.

**Câmara Municipal de Manteigas** – A CMM nos últimos anos tem desenvolvido várias formas de apoio ao emprego, porque desde o fecho das fábricas de têxtil, que grande parte da população está desempregada. Assim com o projecto intervenção PRO será possível empregar mais pessoas para as várias valências que se pretendem para a instituição (lar residencial, unidade vida autónoma, unidade multideficiência, escola de pais, sala de reabilitação, CAO).

**IEFP** – passa a haver uma aplicabilidade dos seus programas de apoio ao emprego das pessoas com deficiência, emprega-se duas pessoas inscritas no centro de emprego com deficiência, além de técnicos e auxiliares necessários para o desenvolvimento de várias respostas.

## Conclusão

Encerra-se esta proposta ainda com vários capítulos em branco, mas com o intuito de delinear propostas para seguir com o projecto.

A AFACIDASE tem desde o seu início trabalhado para que a pessoa com deficiência seja encarada como pessoa, como cidadão. Tem sido uma missão algo delicada pelo difícil acesso às famílias, que ou têm vergonha ou medo de ficar sem o apoio pecuniário que o Instituto de Segurança Social dá aos seus filhos mensalmente. Por estas e outras razões é possível ver na vila de Manteigas pessoas com deficiência deambularem pelas ruas sem uma refeição ou banho.

Cada vez que a instituição pretende intervir nesses casos é vista como uma ameaça, pelo que tem neste último ano concebido várias actividades no sentido de se aproximar de todas as famílias, como a escola de pais e seminários sobre o tema direccionados para as famílias.

Deve-se reflectir também nas potencialidades das pessoas com deficiência, os pais e comunidade em geral têm que ver a pessoa com deficiência como um cidadão de direito e que sabe o que quer, sabe decidir por si. Caso goste de uma actividade desenvolve-a com perfeição, assim como, ajuda todos os que lhe são queridos. Pode-se dizer que as actividades que são desenvolvidas pela AFACIDASE só são possíveis devido à imensa colaboração e dedicação dos utentes.

A escola representa um elemento chave para a aceitação das pessoas com deficiência, por um lado, estas são integradas na escola e para os seus colegas deixam de ser uns “bichos” mas alguém com quem eles gostam de brincar, para a criança com deficiência absorvem experiências fundamentais para o seu desenvolvimento. Com um percurso escolar completo e bem definido é possível que a criança com deficiência se torne um adulto autónomo e que desenvolva a sua actividade profissional sem necessitar de apoio.

A evolução das crianças com necessidades depende da intervenção que é feita, quanto mais se trabalhar com ele mais autónomo será.

E é nesse campo que o meio de trabalho é fundamental para que as pessoas com deficiência sejam bem aceites na sociedade e elas mesmo se sintam úteis e tenham o seu próprio rendimento.

O projecto apresentado pretende contudo, fazer frente às dificuldades actuais, de pessoas com deficiência com idades médias de 30 a 40 anos que não tiveram nenhuma formação académica e que estão necessitados de rendimentos pela idade avançada dos seus pais. O projecto, parece absolutamente instrumental, só para fazer face a questões institucionais, mas nasce da convivência com os jovens da AFACIDASE e da necessidade de promover uma nova resposta dentro da instituição.

As patologias são diversificadas e com estas também os interesses e aptidões diferem, no entanto, a instituição tem conseguido motiva-los principalmente para actividades de criação de artesanato e para a conservação de alguns produtos regionais, como é o caso dos bolos e doces feitos no ateliê de doçaria.

Através desses mesmos produtos tem-se sensibilizado a população para a importância da integração das pessoas com deficiência em instituições que promovam a sua auto-estima e onde eles apreendam informações úteis para a vida quotidiana.

Este projecto quer interferir nos modelos normais de intervenção com as pessoas com deficiência, mostrando as suas capacidades a toda a comunidade, intervindo nas escolas para que o bullying a estas crianças termine, que o ensino deixe de ser uma forma de passar o tempo sem frutos para a vida real, e que os técnicos que trabalham com estes públicos sejam cada vez mais empreendedores e encontrem uma resposta que aumente a qualidade de vida das pessoas com deficiência.

Trata-se de promover a mudança institucional, mas principalmente a mudança de mentalidades para a aceitação do que é diferente, mas com direitos iguais e vontades.

## Bibliografia

1. ALBUQUERQUE, Maria Cristina Petrucci, *A Criança com Deficiência Mental Ligeira*, Secretariado Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência, 2003, Lisboa, nº 17.
2. AMARAL, L.A., “*Emprego Apoiado*” ou *Mediado: uma proposta viável para o trabalho das pessoas com deficiência*. *Temas em Educação Especial*, 1996, São Carlos, n.3, p.161-166.
3. AMARO, Maria Inês, *Planeamento, Investigação e Serviço Social*, 2007, Lisboa, Universidade Católica Portuguesa.
4. AMARO, Maria Inês, *A avaliação como prática profissional. Bases teóricas, conceitos e procedimentos*, 2007, Lisboa, Universidade Católica Portuguesa.
5. ANACHE, A.A., *O deficiente e o mercado de trabalho: concessão ou conquista?* *Temas em Educação Especial*, 1996, São Carlos: EDUFSCar, n.3, 217-248.
6. Associação Portuguesa de Deficientes, *O Emprego e as Pessoas com Deficiência*, 2001, Doc. APD 11.
7. AZEVEDO, Mário, *Teses, relatórios e trabalhos escolares*, 5ª Edição, 2006, Lisboa, Universidade Católica Portuguesa.
8. BAPTISTA, Myrian Veras, *A investigação em Serviço Social*, 1ª Edição, 2006, São Paulo, Veras Editora.
9. BARCELOS, Catarina, *Deficientes com mais dificuldades para entrar no mercado de trabalho*, *Ciências da Comunicação*, 2007, Jornalismo Porto Net, Universidade do Porto, 11 de Setembro, <http://jpn.icicom.up.pt/>.
10. Carta Social de 2007, Gabinete de Estratégia e planeamento, 2007, Lisboa Ministério do Trabalho e Segurança Social.
11. Carta Social de 2008, Gabinete de Estratégia e planeamento, Lisboa, Ministério do Trabalho e Segurança Social.
12. CARDOSO, Mário, *Deficientes: políticas de emprego*, Análise das desigualdades e políticas sociais, Mestrado de Empreendedorismo e Serviço Social, Departamento de Sociologia, 2008, Covilhã, Universidade da Beira Interior.

13. CLAUDINO, Adelaide do Amparo Duarte, *A orientação para a formação profissional de jovens com deficiência intelectual*, 2ª edição, 1998, Lisboa, Secretariado Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência.
14. COBB, H. V., e MITTLER P., *Diferenças entre Deficiência e Doença Mental – Uma tomada de posição*, 2005, Lisboa, Secretariado Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência.
15. Constituição da República Portuguesa.
16. COSTA, Alfredo Bruto Da, *Exclusões Sociais*, Coleção Fundação Mário Soares, 1998, Lisboa, Gradiva.
17. COSTA, António Alberto, *Políticas de Emprego em Itinerários Qualificantes*, Director de Serviços de Emprego e Formação Profissional, Delegação Regional do Centro do IEFP, Revista Vozes do Centro, Boletim Informativo, 2006, Núcleo Regional do Centro, Rede Europeia Anti-Pobreza/Portugal, Nº2 – Set/Dez.
18. Declaração de Salamanca 1994
19. Declaração dos Direitos Humanos, 1948, ONU.
20. Decreto - Lei n.º 299/86, de 19 de Setembro
21. Decreto – Lei n.º 18/89, de 11 de Janeiro
22. Decreto – Lei n.º 125/91 de 21 de Março
23. Decreto - Lei n.º 319/91
24. Decreto – Lei n.º 29/2001 de 3 de Fevereiro
25. Decreto – Lei n.º 163/2006 de 8 de Agosto
26. Decreto – Lei nº 3/2008 de 7 de Janeiro
27. DEES, Gregory, *O Significado do “ Empreendedorismo Social”*, 2001, <http://www4.fe.uc.pt/cec/significadoempreendedor.pdf>
28. DERMIRDFIAN, Z., *Social Entrepreneurship: Sustainable solutions to societal problems*, 2007.
29. Direcção – Geral do Emprego e Formação Profissional, 2001, *Terminologia da Formação Profissional*, Alguns conceitos de Base – III.
30. DUPONT M, VISIER, L, *As Relações de Trabalho em Meio Protegido: um novo caminho para a igualdade de oportunidades*; 1998, Revista da FENACERCI, Edição de Maio.

31. DOLBEC, André, A investigação-acção. In GAUTHIER, Benoît, dir. *Investigação social: da problemática à colheita de dados*. 3.ª edição 2003, Loures, Lusodidacta.
32. Estatutos AFACIDASE
33. ESTIVILL, Jordi, *Panorama da Luta contra a exclusão social: Conceitos e estratégias*, 2003, Programa Estratégias e Técnicas contra a Exclusão e a Pobreza, Serviço de políticas e desenvolvimento da Segurança Social.
34. FERREIRA, Sílvia, *Empreendedorismo Social, profissionalização e emprego*, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, S/D, Coimbra, Centro de Estudos Sociais, [www4.fe.uc.pt/cec/oefpsilviaferreira.pdf](http://www4.fe.uc.pt/cec/oefpsilviaferreira.pdf).
35. FERREIRA, Sílvia, *O que tem de especial o empreendedor social? O perfil de emprego dos empresários social em Portugal*, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, S/D, Coimbra, Centro de Estudos Sociais, [www.ces.uc.pt/publicacoes/oficina/223/223.pdf](http://www.ces.uc.pt/publicacoes/oficina/223/223.pdf).
36. Folheto SNR nº 37, 2001, Lisboa, Secretariado Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência.
37. GODOY, Andréa, *Cartilha da inclusão*, 2000, PUC – MG.
38. GOFFMAN, Erving, *Estigma – notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*, 1963, Editora LTC.
39. GOYO A.C. et. al. *Justificativas para a formação profissional do deficiente mental: revisão da literatura especializada*. 1989, Cadernos de pesquisa. Vol. 69. P. 53-67.
40. GUERRA, Isabel Carvalho, *Fundamentos e processos para uma sociologia de acção o planeamento em ciências sociais*, 2ª Edição, 2002, Lisboa, Principia.
41. Instituto Nacional de Estatística, Destaque do INE, Censos 2001, Análise de população com Deficiência, 2002, Portugal.
42. Lei de Bases da Prevenção e da Reabilitação
43. Lei nº 38/2004 de 18 de Agosto
44. LIGHT, Paul, *Reshaping social entrepreneurship*, 2008, Brookings Institution Press.
45. LOPES, Dúnia, *Relatório Final de Estágio 4º ano*, Projecto Sentidos, 2006, Universidade Católica Portuguesa.

46. MADELINO, Francisco, *Julgo que é preferível falar de economia solidária*.
47. MARQUES, Manuel, SALVADOR, Joaquim, *A Inovação e o empreendedorismo na região centro de Portugal*, Mestrado em Gestão, Escola Superior de Tecnologia e Gestão, 2008, Guarda, Instituto Politécnico da Guarda.
48. MELO, Zélia Maria, *Os estigmas: a deterioração da identidade social*, 1999, Brasil, Universidade Católica de Pernambuco.
49. MELRIÇA, Ana Cristina, FERREIRA, Ana, BARATA, Kátia, *Empreendedorismo social versus empreendedorismo empresarial, Oportunidades de empreendedorismo Social*, Mestrado em Empreendedorismo e Serviço Social, Departamento de Sociologia, 2008, Covilhã, Universidade da Beira Interior.
50. NETO, Silvestre e SALES, Alessandro Heleno Lima, *Empreendedorismo: um modelo de liderança para o Século XXI*, S/D, Brasil, UFRRJ.
51. OMOTE, S. (1991) *A integração do deficiente: um pseudo problema científico*, 1991, São Paulo, Temas em Psicologia, n.2, 55-61.
52. OTTONI, Balbina Vieira, *Serviço Social Processos e Técnicas*, 3ª Edição, 1993, Rio de Janeiro, Livraria Agir Editora.
53. PEREDO, Ana Maria, *Social entrepreneurship: a critical review of the concept*, 2006, Journal of World Business, Vol. 41.
54. PEREIRA, Dália, e PINHO, Joaquim, *Centro de promoção Social de Carvalhais*, Revista Vozes do Centro, Boletim Informativo, 2006, Núcleo Regional do Centro, Rede Europeia Anti-Pobreza/Portugal, Nº2 – Set/Dez
55. PESSOA, Sandra e Lima, Susana, Núcleo Distrital de Coimbra, Revista Vozes do Centro, Boletim Informativo, 2006, Núcleo Regional do Centro, Rede Europeia Anti-Pobreza/Portugal, Nº2 – Set/Dez
56. *Plano de Desenvolvimento Social*, Núcleo da Rede Social, Instituto de Solidariedade e Segurança Social, 2003, Editora Soares.
57. Plano do Ano Europeu das Pessoas com Deficiência em 2003
58. Portaria nº. 432/2006 de 3 de Maio
59. PORTELA, José, et al, *Microempreendedorismo em Portugal*, experiências e perspectivas, 2008, POEFDS – Medida 4.2.2.1 Estudos e investigação - Projecto nº 87/2006.

60. QUINTÃO, Carlota, *Empreendedorismo social e oportunidades de construção do próprio emprego*, 2004, <http://www.letras.up.pt/isociologia/uploads/files/Working4.pdf>
61. Revista Exame, *Empregar pessoas com deficiência compensa?*, 1998.
62. RIBAS, João Baptista Cintra, *Emprego e trabalho para portadores de deficiência*, 2000, [www.lerparaver.com/node/272](http://www.lerparaver.com/node/272).
63. RODRIGUES, Arlete, *Projecto de Estágio*, 2004, Lisboa, Universidade Católica Portuguesa.

### Páginas Web:

64. União Europeia; Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social; Instituto Nacional para a Reabilitação: localizado em: [www.inr.pt/content/1/40/uniao-europeia](http://www.inr.pt/content/1/40/uniao-europeia); visitado em: 13-10-2008
65. [www.arcil.org](http://www.arcil.org), 2006\*
66. [www.iefp.pt](http://www.iefp.pt),
67. [www.lerparaver.com](http://www.lerparaver.com), 2009\*
68. [www.cat-unapei.org](http://www.cat-unapei.org)
69. [www.diaadia.pr.gov.br/cge/arquivos/.../deficiencia\\_fisica\\_neuromotora.pdf](http://www.diaadia.pr.gov.br/cge/arquivos/.../deficiencia_fisica_neuromotora.pdf)
70. [www.inr.pt](http://www.inr.pt)
71. <http://www.ufrgs.br/bioetica/autonomi.htm#autonomia>, 2004\*
72. [http://www.bls.gov/cps/cpsdisability\\_052009.htm](http://www.bls.gov/cps/cpsdisability_052009.htm), 2009\*
73. [www.cm-manteigas.pt](http://www.cm-manteigas.pt), 2008\*
74. [www.cultura.ufpa.br/itcpes/.../metodologia\\_participativa\\_incubaccop.pdf](http://www.cultura.ufpa.br/itcpes/.../metodologia_participativa_incubaccop.pdf), 2008\*
75. [www.clix.expressoemprego.pt/scripts/indexpage.asp?headingID=4223](http://www.clix.expressoemprego.pt/scripts/indexpage.asp?headingID=4223), 2010\*
76. [www.esquerda.net/index.php?option=com\\_content&task=view&id=7720&Itemid=](http://www.esquerda.net/index.php?option=com_content&task=view&id=7720&Itemid=) em, 2010\*
77. <http://www.paraibanews.com/2008/01/08/conceito-de-educacao/>, 2007\*
78. [www.cnis.pt](http://www.cnis.pt)

i) \* A data apresentada refere-se à actualização da informação retirada.